



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Cultura Política Democrática nas Relações Internacionais do século XXI

João Rafael Jorge Simões

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 138544-F

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador**

Júri

Presidente: Major-General Paulo Mateus

Orientador: Professora Doutora Sandra Balão

Co-orientador: Tenente-Coronel Luís Rocha

Vogal: Professora Doutora Helena Rego

Sintra, Maio de 2018



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Cultura Política Democrática nas Relações Internacionais do século XXI

João Rafael Jorge Simões

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto-Aviador 138544-F

**Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador**

Júri

Presidente: Major-General Paulo Mateus

Orientador: Professora Doutora Sandra Balão

Co-orientador: Tenente-Coronel Luís Rocha

Vogal: Professora Doutora Helena Rego

Sintra, Maio de 2018

Página Intencionalmente deixada em branco

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de mestrado implica um longo e árduo processo de investigação, que só foi possível com a ajuda de várias entidades. Desta forma, a primeira pessoa a quem tenho de deixar o meu agradecimento é à Professora Dr^a Sandra Balão, por ter acompanhado todo o meu trabalho e por ter orientado a minha investigação desde o início.

De seguida, devo agradecer ao Sr. Tenente Coronel Luís Rocha, por me ter introduzido ao método científico e pelos conselhos académicos que me foi fornecendo.

Queria deixar uma palavra de apreço também à Sargento Ajudante Dulce Maria, atual responsável pela biblioteca da academia, pelo seu apoio em relação ao levantamento e pesquisa bibliográfica.

Também à Academia da Força Aérea por me ter facultado a formação, não só académica, mas também como pessoa, ao longo de todo o meu percurso como cadete e agora como aspirante a oficial dos quadros permanentes da Força Aérea Portuguesa.

Agradeço ainda aos Jokers pela amizade e solidariedade intrínsecas nos valores de camaradagem e espírito de corpo, e pelo caminho que percorremos juntos nos últimos 5 anos.

Obrigado à minha família e amigos e em especial aos meus pais que, independentemente de tudo, sempre me apoiaram incondicionalmente ao longo desta minha perseguição do sonho de me tornar piloto-aviador das Força Armadas.

Deixo os meus agradecimentos finais à Carolina, minha companheira e amiga, que esteve sempre do meu lado, nos bons e maus momentos, com muita compreensão, amor e carinho.

A todos os que de alguma forma me ajudaram, o meu muito obrigado!

RESUMO

A Democracia Representativa (nascida dos ideais da Revolução Francesa) pressupõe a ideia do governo do povo, pelo povo e para o povo (BALÃO, 2001), sendo que esta realidade se traduz num governo de uma minoria eleita pela maioria dos cidadãos através do sufrágio universal.

A participação na democracia e no sufrágio universal terá de ser feita de acordo com as crenças, valores, prioridades e conhecimentos, enquadrados num sistema político democrático (isto é, com os direitos e os deveres que se atribuem aos cidadãos), para podermos falar de cultura política democrática.

As decisões políticas que dizem respeito aos negócios estrangeiros e às Relações Internacionais na UE, partem de governos eleitos democraticamente nos vários Estados membros. Assim, a cultura política democrática e a qualidade das democracias constituem factores determinantes para a vivência harmoniosa na UE.

Fenómenos como o Brexit e a proliferação, um pouco por toda comunidade europeia, de partidos de extrema-direita, extrema-esquerda e “antissistema” vieram provar e até mesmo explorar a falha da UE em acompanhar as diferentes culturas políticas [democráticas], em reconhecer a sua diversidade na organização supranacional e em dar uma resposta eficaz face aos interesses comuns e objetivos pré-estabelecidos entre os vários Estados-membros, como as questões de transferência de poderes do governo para a organização supranacional, as políticas sobre a imigração e sobre a administração económica europeia.

Ao longo deste trabalho procuramos desenvolver uma análise da Cultura Política Democrática (por um lado do RU, e por outro da UE), com o objectivo de procurar e identificar as causas que terão levado ao antieuropeísmo inglês que se traduziu no Brexit.

ABSTRACT

Representative Democracy (inspired by the ideals of the French Revolution) presupposes a form of government of the people, by the people and for the people (BALÃO, 2001), and this reality results in a government of a minority, elected by a majority of citizens through universal suffrage.

Participation in democracy and universal suffrage will have to be done according to beliefs, values, priorities, and knowledge, framed within a democratic political system (that is, with rights and duties provided to citizens) so that we can talk of a democratic political culture.

Political decisions concerning foreign affairs and international relations in the EU come from democratically elected governments in the various member states. Thus, democratic political culture and the quality of democracies are key factors for a harmonious society in the EU.

Phenomena such as Brexit and the proliferation, all over the European community, of populist far-right, far-left and anti-system parties have proven and even exploited the EU's failure to follow different [democratic] political cultures; to recognize their diversity in the supranational organization and to respond effectively to the common interests and pre-established goals of the various member states, such as the transfer of government powers to the supranational organization, immigration policies and the European economic administration.

Throughout this work, we have tried to develop an analysis of Democratic Political Culture (from the UK on the one hand and from the EU on the other), with the aim of investigating and identifying the causes of English anti-Europeanism, which led to Brexit.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CEE	Comunidade Económica Europeia
EIU	Economist Intelligence Unit
EUA	Estados Unidos da América
ISIS	Islamic State in Iraq and Syria
NAFTA	North American Free Trade Agreement
NATO	North Atlantic Treaty Organization
ONU	Organização das Nações Unidas
RU	Reino Unido
RI	Relações Internacionais
TTIP	Transatlantic Trade and Investment Partnership
TPP	Trans-Pacific Partnership
UE	União Europeia

ÍNDICE

Introdução	1
Conceptualização Operacional	7
Enquadramento Ontológico	10
Justificação do Estudo	14
Limitações do Estudo	17
Revisão de Literatura	18
Enquadramento Teórico	23
Enquadramento Metodológico	26
Questões e Hipóteses de Investigação	27
Metodologia	28
I - Cultura Política e Cultura Política Democrática: breve perspectiva histórico-evolutiva	31
II – Cultura Política Democrática nas Relações Internacionais e a União Europeia	41
III – Brexit: Estudo de Caso.....	50
Conclusões e Sugestões para o Futuro	67
Referências Bibliográficas.....	75
Anexos	85

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Eleições Nacionais VS Eleições Europeias 2014.....	52
Figura 2 – Eleições Nacionais VS Eleições Europeias 2009.....	54
Figura 3 – Participação nas Eleições Europeias.....	55
Figura 4 – Opiniões sobre a UE e possível Brexit.....	56
Figura 5 – Opinião Favorável da União Europeia.....	57
Figura 6 – Opinião sobre resolução europeia sobre os refugiados.....	58
Figura 7 – Opinião sobre a administração económica europeia.....	58
Figura 8 – Opinião sobre transferência de poderes nacionais e supranacionais.....	59
Figura 9 – Sondagem de resultado sobre permanência na União Europeia.....	60
Figura 10 – Índice de Democracia 2006-2017.....	61
Figura 11 – “A minha voz conta na União Europeia” (%-EU).....	63
Figura 11 – “A minha voz conta na União Europeia” (%-por país).....	63
Figura 13 – Optimismo/Pessimismo sobre futuro da Europa(%).....	64
Figura 14 – Optimismo/Pessimismo sobre futuro da Europa(%).....	64

Introdução

O presente trabalho académico constitui uma dissertação de mestrado realizada no âmbito da área científica das Relações Internacionais (RI), decorrente da frequência no curso de Mestrado Integrado em Ciências Militares e Aeronáuticas na especialidade de Piloto-Aviador, da Academia da Força Aérea portuguesa.

Num momento atual em que ocorre em paralelo o processo de saída do Reino Unido torna-se imperativo que tomemos consciência acerca do que é ser cidadão europeu e do que é Cultura Política (Democrática) e que impacto terá nas Relações Internacionais, em particular na UE do século XXI.

“O funcionamento da União baseia-se no princípio da democracia representativa. Os cidadãos estão diretamente representados a nível da União no Parlamento Europeu. Os Estados-membros estão representados no Conselho Europeu e no Conselho de Ministros pelos respectivos governos, que são eles próprios responsáveis perante os parlamentos nacionais, eleitos pelos seus cidadãos.” (SOARES, 2005: 274)

A *demokratia*, na sua origem grega, descrito por Péricles como o “governo de todos” - Democracia Clássica (Direta) - *“(...) A nossa administração favorece a maioria do povo, e não uma restrita minoria. É por isso que lhe chamamos democracia (...)”* (Péricles in TUCÍDIDES, 2008: 189).

Desta forma, no exemplo da democracia de Atenas haveria uma assembleia em que existiriam cerca de 30000 indivíduos elegíveis para nela participar, que corresponderia ao número bruto de cidadãos, ainda que houvesse um critério censitário para ser possível esta participação - *“(...)homens adultos, excluindo as mulheres, os estrangeiros e os escravos(...)”* (FEIJÓ, 2017:27).

Esta “fórmula” não seria de forma alguma praticável na realidade democrática dos dias de hoje, pelo que atualmente, o poder do regime democrático é entregue a uma minoria, ainda que pela população através do sufrágio universal. Segundo Martin Seymour Lipset, o que mais distingue a democracia representativa da clássica é precisamente essa formação de uma elite através de uma competição eleitoral, ainda que o eleitorado seja, na sua maioria, passivo. (LIPSET, 2003)

Mas, em face do que atrás se disse, se numa democracia o poder é entregue a uma minoria, qual será a diferença face aos regimes políticos autoritários? A resposta está nas liberdades individuais de oposição, expressão política e conjunto de regras que constituem a democracia como: *“(...) o único sistema político em que os cidadãos se podem ver livres dos seus governantes sem um banho de sangue(...)”* (FEIJÓ, 2017: 64).

Invocando, ainda, a Antiguidade Clássica, considera-se relevante destacar que no regime democrático de Atenas era dada muita importância à participação política, necessária para uma cultura política democrática em sintonia com o sistema político da época, contrastando com o atual eleitorado maioritariamente passivo (LIPSET, 2003). De facto, *“(...) Não dizemos que um homem que não se interesse pela política se limita a meter-se na sua vida. Dizemos, sim, que é um inútil (...)”* (Péricles in TUCÍDIDES, 2008: 191).

Não nos podemos esquecer que a democracia direta de Atenas, de um ponto de vista teórico não seria mais que uma utopia já que o que aconteceria na realidade é que haveria um processo discriminatório (pelo menos à luz daquele que é o quadro de valores e princípios das sociedades democráticas do nosso tempo) de quem efetivamente poderia ou não votar, como vimos anteriormente. Não obstante, na descrição utópica de Péricles descreve-se um regime da Grécia antiga em que o poder não reside em minorias e em que os indivíduos participam activamente na política e se interessam pelos assuntos públicos, sendo que na atualidade da União Europeia falhamos nestes pressupostos originais da democracia e entramos num tipo de democracia – Democracia Representativa - em que uns são directamente responsáveis pelas decisões públicas e outros, correspondendo à grande maioria da população, apenas o são de forma indirecta por via do sufrágio universal:

“A Democracia dos nossos dias é o produto de duas linhagens distintas - e mesmo, em certa medida, conflitantes: a Democracia clássica com origem na tradição de Atenas e do mundo grego, que sublinha enfaticamente a soberania popular e o governo do povo; e a tradição do governo limitado ancorado em instituições representativas.” (FEIJÓ, 2017: 42).

Em todas as campanhas eleitorais vemos a propaganda política crescer em benefício da competição democrática. Através dos meios de comunicação social são

feitos debates, apresentados os resultados de sondagens, publicados artigos de opinião, disseminadas reportagens políticas, o quanto baste para dar a conhecer à população as linhas ideológico-partidárias que cada concorrente eleitoral defende e promete cumprir.

Joseph Schumpeter na sua obra “Capitalism, Socialism and Democracy” identifica este processo como um em que um determinado grupo de cidadãos adquire o poder de decisão por via da competição aberta pelo voto do eleitorado (SCHUMPETER: 2010). É esta competição entre elites partidárias pelo poder político legitimado pelo povo através de sufrágio universal que caracteriza a democracia dos dias de hoje em Portugal e da maioria das democracias a nível internacional (BALÃO, 2001).

Não obstante, não nos podemos esquecer que todas as linhas político-partidárias se movem também por representações que, de uma forma ou de outra, entram no domínio do utópico, com o objetivo de cativar a população eleitora que necessita destas “miragens” para acreditar numa determinada vertente ideológica: *“(…) quem fala, governo ou oposição, traz quase sempre a solução para todos os males do mundo (...); os outros, o inimigo, são os responsáveis por tais males a que se juntarão catástrofes piores, caso voltem ou continuem no poder (...)”* - (BESSA, 2002:16).

A estas falsas argumentações especulativas dá-se o nome de demagogia. Este instrumento, do qual o político comum se serve com alguma frequência, pode ter repercussões catastróficas, como já vimos várias vezes na história mundial e das relações internacionais, quando o eleitor não possui uma cultura política bastante, que lhe dê consciência, dúvida metódica e cepticismo face à promessa de regimes ideais e perfeitos.

Dentro da demagogia democrática, surge ainda o populismo, que segundo Müller (2016) é uma maneira de entender o mundo político que coloca um povo moralmente puro e totalmente unificado contra elites julgadas corruptas ou, de alguma outra maneira, moralmente inferiores.

Frequentemente empregue como sinónimo de “antissistema”, o populismo tem vindo a ser identificado tanto à esquerda como à direita, sendo que a atualidade política a nível internacional já foi referenciada como “era de populismo” pelos mais diversos analistas e cientistas políticos - face aos processos que não só levaram à eleição de Donald J. Trump como presidente dos Estados Unidos da América, mas também ao

resultado do referendo do Reino Unido para sair da União Europeia (“Brexit”). Como afirma MULLER, *“(...)Se o autor dos discurso inaugural de Donald Trump tinha a intenção de contribuir como fonte primária para um ensaio sobre o populismo, não podemos deixar de concluir que ele ou ela se saiu brilhantemente. Ouvindo o discurso, podíamos ter desculpa para pensar que os Estados Unidos acabavam de ser libertados de uma potência estrangeira. O presidente anunciou que o povo estava de novo no poder, depois de destronado um establishment de seres do outro mundo que tinham ocupado Washington(...)”* (2016:2).

O cientista político americano Francis Fukuyama, após o término da guerra fria escreveu “The End of History and the Last Man” (1992), no qual alegava que o ser humano teria chegado ao auge do seu desenvolvimento sociocultural com o estabelecimento progressivo e global de regimes democráticos; mas não previa o surgimento deste movimento à escala global descrito por MULLER - *“(...)Ao concorrerem a qualquer cargo de governo, os populistas retratam os seus opositores políticos como parte de uma elite imoral e corrupta; quando governam, recusam-se a reconhecer a legitimidade de qualquer oposição. A lógica populista implica também que, seja quem for que não apoie os partidos populistas, poderá não ser propriamente uma parte do povo - que se define sempre como justo e moralmente puro.”*(2016: 3).

Também no Reino Unido, segundo dados oficiais da comissão eleitoral britânica, Nigel Farage - representante do United Kingdom Independence Party - ao celebrar o resultado do referendo sobre o “Brexit” falava numa *“vitória do verdadeiro povo”* pondo de parte a oposição de 48% dos votantes britânicos, à semelhança do discurso político praticado na América do Norte. (The Electoral Commission, 2016)

Assim, e segundo Meirinho Martins, *“(...) a Cultura Política tem consequências determinantes para o funcionamento e estabilidade dos sistemas políticos. Interessando assinalar, neste âmbito, algumas abordagens que destacam que participação política se refere ao conjunto de respostas que são configuradas quer pelos diferentes estímulos exteriores ao indivíduo quer pelas orientações subjetivas [crenças e atitudes políticas], que variam de cultura para cultura, no sentido em que tais variações reflectem diferenças decorrentes das experiências de socialização de cada indivíduo (...)”* (2004: 110)

Neste sentido, a Cultura Política [Democrática] - através dos diferentes tipos de participação política - parece ser fundamental para o funcionamento e estabilidade da Democracia, a qual Carlos Vargas descreve como sendo um *“património político e cívico (...) que exige de todos, e de cada um de nós, uma vigilância muito atenta na defesa do frágil edifício da cultura democrática”* (VARGAS, 2012: 9).

Ao nível das relações internacionais, a solene máxima *“America first”* da campanha eleitoral de Donald J. Trump remete directamente, e de uma forma simples, para um afastamento dos problemas de carácter global, facilmente verificável através da reestruturação das políticas de imigração dos EUA, do “descartar” de Tratados multilaterais como o Tratado de Paris, o pacto nuclear com o Irão e os acordos de mercado livre como o NAFTA, TTP e o TTIP, mas também com a redução de militares destacados no Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Alemanha, bem como aumento da pressão para com os aliados NATO face ao cumprimento dos investimentos obrigatórios nas forças armadas, intensificação da luta contra o ISIS e agravamento das relações com a Coreia do Norte. (MULLER, 2016)

O “Brexit”, por sua vez, parece resultar de um acentuar da falta de confiança nas instituições políticas em geral e nas organizações supranacionais como a UE em particular. Por isso, a nosso ver, o seu significado no domínio dos negócios estrangeiros é inquestionável constituindo aquilo que consideramos ser, simultaneamente, um exemplo elucidativo daquilo que é a cultura política democrática no que se refere ao cumprimento dos seus princípios e valores, bem como do alcance do poder e influência que desta prossecução decorre. Um simples referendo, concretizado através do recurso ao método democrático, assente no sufrágio universal, demonstrou ser capaz de gerar a incerteza e a perplexidade no plano das relações internacionais nos seus vários níveis, destacando-se pela complexidade inerente, o nível mundial - ainda mais quando estas mesmas organizações possuem na sua genética fundacional o objetivo de manutenção de paz entre os estados europeus após a segunda guerra mundial.

Colocam-se então as seguintes questões, será o Brexit uma demonstração de cultura política democrática por parte do Reino Unido ou será ao mesmo tempo a prova da falta de cultura política europeia?

O resultado do *Brexit* constitui o culminar dum movimento antieuropeísta (Economist Intelligence Unit, 2018) que durava desde o governo de Theresa May e que desde então havia sido “tomado” e ou apropriado por parte do Partido Conservador britânico, tendo sido um ideal que terá vindo a ser “promovido” ao longo dos anos como algo desejável, e explorado pelos políticos desse mesmo partido de forma a, progressivamente, ganhar força no eleitorado até se ter traduzido no processo de separação do Reino Unido da União Europeia (MACSHANE, 2015).

O professor Adriano Moreira afirma, a este propósito, que:

“A unidade da Europa perante o mundo parece ter exigido, na sua narrativa histórica, a existência de um perigo eminente, designadamente de uma agressão.(...) A última guerra mundial, e a guerra fria que se lhe seguiu por meio século, foram suficientes para determinar um sentimento de identidade, mas o futuro demonstraria, como está evidente no curso das coisas, que não foi suficiente para determinar um processo que alicerçasse a unidade duradoira. (...)” (MOREIRA, 2012)

Porque é que o Reino Unido (RU) votou “Yes” no referendo? De que modo é que esta decisão pode ser articulada com as questões que envolvem a cultura política [democrática]? E podem os efeitos resultantes da existência de uma cultura política [democrática] ser considerados numa perspectiva multinível?

Esta dissertação de mestrado procura orientar o caminho de investigação, que vai desde o surgimento deste tipo de perguntas, até à tentativa de buscar responder de forma fundamentada às mesmas com o objetivo último de procurar acrescentar ao conhecimento científico pré-existente, algo de novo e que permita o avanço da Ciência, evidenciando, assim, a problemática duma crise europeia tendo por base a importância da Cultura Política Democrática. Tendo este objetivo em vista, considera-se que *“A verdade é suficientemente escabrosa para ter de a adjetivar”*, como afirmou o Professor António de Sousa Lara em “V Lisbon International Arctic Workshop and Conference” (2017).

Conceptualização Operacional

Antes de avançarmos, consideramos relevante operacionalizar desde já os conceitos que, no âmbito da nossa investigação, consideramos ser centrais. Assim, começamos pela palavra democracia que, sendo de origem grega (*demos*:povo - *kratia*:poder), designa um regime político caracterizado pela liberdade de participação de todos os cidadãos de um Estado no processo político, ainda que estes cidadãos não correspondessem à totalidade da população. Ainda assim, e como o professor Adriano Moreira descreve, *a alternância (representativa e governativa) pelo consentimento (eleitoral) implicam a liberdade de opinião* (1979). Por seu lado, Péricles, ao descrever a antiga democracia ateniense ainda que de uma forma utópica, afirma também: *“Todos dizemos livremente a nossa opinião sobre os interesses públicos (...) Temos, portanto, uma sociedade aberta de cidadãos activos, governada pela maioria flutuante (...) no quadro de uma lei igual para todos e consentida (...)”* (Péricles in TUCÍDIDES, 2008: 188-195).

Na sua obra “Democracia”, Rui Graça Feijó (2017), acrescenta ainda que a democracia dos dias de hoje é um produto de duas linhagens conflituantes: a democracia clássica (utópica) com origem na tradição de Atenas e do mundo grego, que dá valor à soberania popular e ao governo do povo; e a democracia de governo limitado ancorada em instituições representativas. Desta forma, o autor identifica duas dimensões críticas de responsabilização: a responsabilização vertical que corresponde aos que estão incumbidos de desempenhar tarefas públicas (como a soberania) e que pertence a um vasto grupo de cidadãos; e a responsabilização horizontal, que se prende com a articulação de diferentes ramos de poder de tal forma que cada um deles exerça limitações sobre os outros - princípio da separação de poderes de Montesquieu (1899). No entanto, acrescenta ainda que *“(...)a ideia de governo pelo povo significa não só o direito de participar através do voto na vida da polis, mas igualmente o direito, e a criação de condições para que tal direito seja real, de ser candidato a ocupar um posto electivo, por mais alto que seja”* (FEIJÓ, 2017:54) - sendo necessária, portanto, a existência de elites abertas baseadas na competição e na meritocracia.

Já no que se refere aos conceitos Cultura Política e Cultura Política Democrática, e seguindo de perto as palavras do professor Manuel Meirinho Martins (2004), à cultura política corresponde um conjunto de valores, sentimentos, informação e capacidades que condicionam o comportamento de todos os intervenientes num determinado sistema político, sejam eles cidadãos ou governantes.

Quando associado ao ambiente democrático estamos a falar de cultura política democrática no âmbito da qual, pelo carácter de igualdade de direitos e deveres de todos os cidadãos (pelo menos em termos teóricos e formais), existem alguns pressupostos de justiça democrática evidenciados por John Rawls: *“Num regime democrático constitucional a relação política é, por natureza, uma relação de amizade cívica - acreditamos que as razões pelas quais agimos na esfera política possam ser aceites pelos outros”* (1971: 137).

Por esta razão, o problema da cultura política (democrática) tem sido frequentemente associado ao comportamento político sendo que, desta forma, o parâmetro que mais relevância tende a assumir nesta complexa equação é o da participação política, referenciado por Sidney Verba e Gabriel Almond na sua obra *“The Civic Culture”* (1963).

Também o professor Manuel Meirinho Martins defende, a este respeito, que o sucesso de uma democracia depende do envolvimento ativo dos seus cidadãos, que se sucede à disponibilidade de informação analítica e racional. Desta forma, na cultura política, acentuam-se os conhecimentos políticos, sentimentos, valores e capacidades dos indivíduos para com o próprio sistema político e respectivos participantes (2004).

John Rawls diz ainda que o que é fundamental para o bem-estar de uma determinada sociedade é a sua cultura política que corresponde às virtudes cívicas e sociais dos seus cidadãos (1971).

“O entendimento do poder político como coisa cultural, como uma realidade humana, importa recordar que os Homens inventaram o político para deixarem de ter um dono; que institucionalizaram o Poder para deixarem de obedecer a outro Homem e passarem a obedecer a uma abstracção” (MALTEZ, 1996).

Finalmente, e relativamente ao conceito Globalização, assumimos que a mesma

é um termo que implica uma interdependência e/ou influência social, económica e política entre os Estados. Segundo o professor Kenneth Waltz os Estados mais fortes ou Estados-modelo servem de exemplo aos mais fracos (1999), num mundo em que o professor Adriano Moreira aponta a existência de “um esforço doutrinal no sentido de conseguir uma teoria unificadora da situação e da doutrina para a totalidade do globo (...)” (MOREIRA, 1979: 25).

A professora Sandra Balão divide as diferentes concepções sobre a Globalização em três escolas distintas. A escola Hiperglobalista que defende a “(...) *morte do Estado soberano por contrapartida à criação de uma sociedade civil global (...). Neste sentido, uma tal visão da Globalização privilegia geralmente uma lógica económica e (...) celebra a emergência de um mercado global único e o princípio da concorrência global como os precursores do progresso humano (...)*” (BALÃO, 2014: 197). A escola Céptica, por seu lado, “(...) *tende a considerar que a Globalização não passa de um mito (...)*” e que “(...) *os Estados estão muito longe de ter perdido o papel determinante nas relações internacionais considerando-os, pelo contrário, os principais arquitetos da internacionalização (...)*” (BALÃO, 2014:204) argumentando, nesse sentido, que no período de transição do século XIX para o século XX haveria um maior grau de integração económica entre os vários mercados, sendo que a Globalização apenas veio criar um mercado global. Finalmente, a escola Transformacionista cujos autores defendem “(...) *que se assiste na atualidade a uma interdependência generalizada como sucedia na época medieval (...)*” em que “(...) *reis, vassalos, igreja e cidadãos mais importantes, todos se relacionavam entre si com base numa espécie de compromisso definido e tacitamente aceite por todos, porque por todos era considerado vantajoso (...)*” assumindo-se um “*princípio de partilha de soberania*” entre os Estados (BALÃO, 2014: 210).

Podemos então concluir que as perspectivas sobre este conceito não são consensuais, e que este se apresenta mutável face a uma ordem mundial em constante construção, ainda que se considere que a tendência “parece apontar para uma solução final (...) que corresponda uma ordem política global progressivamente unificada.” (BALÃO, 2014: 219) concordando, assim, com aquela que é a perspectiva apresentada pelo professor

Adriano Moreira na citação que incluímos no primeiro parágrafo desta operacionalização conceptual.

No entanto e face ao objeto de estudo centrado no Reino Unido e nas relações que estabelece não só com os outros Estados mas também nas interações com a UE, consideraremos a escola Transformacionista da definição de globalização, acrescentando que, assim, “(...) *a Globalização é considerada uma força transformadora poderosa, que é responsável por um massivo abanão de sociedades, economias, instituições de governança e da própria ordem global (...)*” ainda que este “(...) *abanão permanece incerto na medida em que a Globalização é considerada como um processo histórico essencialmente contingente, repleto de contradições*” (BALÃO, 2014: 212), tal como parece acontecer com o Brexit que ocorre seis décadas após a assinatura do tratado de Roma e que contradiz toda a construção europeia ao longo destes sessenta anos como veremos nos capítulos seguintes (NUNES, 2017).

Enquadramento Ontológico

Toda a investigação, trabalho científico e conseqüente análise e tratamento da informação patentes nesta dissertação de mestrado baseiam-se no pressuposto da isenção política, de forma a buscar garantir um exercício de fundamentação objetiva, independentemente da opinião e da posição política do investigador e autor (normalmente consistentes com a existência de uma sociedade [dita] democrática).

É de referir, ainda, que o presente trabalho foi realizado numa instituição militar de ensino superior público, estando nele patentes valores e princípios que são mandatórios na formação de um futuro Oficial dos quadros permanentes das Forças Armadas.

As Relações Internacionais e a sua vasta abrangência científica e multidisciplinar, são um ponto a ter presente ao longo de toda a investigação, de modo a assegurar a melhor contextualização possível do objeto de estudo a desenvolver naquele domínio. De facto, “*A questão da política internacional, enquanto política entre os Estados (international politics) tem uma enorme relevância, pois é a partir da própria sociedade*

internacional e da própria hegemonia ou influência de uns Estados (potências) sobre os outros, que muitas vezes se vêem definidas as opções ideológicas dominantes ou se consolidam regimes ou formas de Estado (...)” (BESSA, 2002: 241).

A política interna é [assim] cada vez mais afetada pelas decisões externas, num mundo cada vez mais demarcado pela globalização, não só graças ao avanços tecnológicos mas também ao surgimento de organizações supranacionais como a UE, levando ao “(...) *declínio do próprio Estado soberano, como monopolizador do poder e das funções políticas (...)*” (BESSA, 2002: 242), conforme afirmam os autores da Escola Hiperglobalista e, em certo sentido, também os da Escola Transformacionista dos estudos sobre Globalização (BALÃO, 2014).

Em face do que atrás afirmámos e em articulação com a caracterização que Iñaki Lopés de Aguilera, que aborda o conceito de cultura política referente a “(...) *conhecimentos, crenças, arte, moral, direito, costumes e todas as demais capacidades e hábitos que o indivíduo adquiriu enquanto membro da sociedade(...)*” (VARGAS, 2012: 55), parecem não subsistir grandes dúvidas relativamente ao facto de a relevância da mesma ter que ser considerada a vários níveis [ou escalas, como se preferir]. O professor Carlos Vargas acrescenta ainda que cultura é tudo o que é inato ao ser humano, representando todo o conhecimento adquirido ao longo da sua existência individual.

A cultura política é, então, uma característica de toda uma comunidade/sociedade pela qual é composto um determinado sistema político, sendo o conjunto de “(...) *conhecimentos, de sentimentos e de avaliações em relação à autoridade política e ao seu funcionamento institucional (...)*” (VARGAS, 2012: 60).

Desta forma, e ao longo deste trabalho científico de dissertação de mestrado, a abordagem a adoptar orientar-se-á mais no sentido de considerar a cultura política democrática como uma realidade assente nos princípios da igualdade e da equidade entre todos os membros de uma sociedade democrática (ainda que divididos entre si por diferentes doutrinas religiosas, filosóficas e morais) e que, de forma a haver uma coexistência razoável entre culturas políticas é fundamental que se verifique a existência de um sentido de cidadania política que nos remete para a discussão, que segundo John Rawls (1971) “(...) *impõe aos cidadãos o dever de explicarem uns aos outros o modo*

como os princípios e as políticas que advogam e votam se fundamentam nos valores políticos da razão pública, (...) a predisposição para se ouvir a argumentação dos outros e um espírito de lealdade e equidade na deliberação sobre os ajustamentos a fazer de modo a acolherem as suas perspectivas (...)” (ibidem, 1971: 217).

Cabe, ainda, no âmbito desta dissertação equacionar a influência da cultura política democrática nas relações internacionais, avaliando as noções de causa/efeito para com o fenómeno do Brexit.

Acontecimentos no plano internacional como o fim da segunda guerra mundial, a escalada ao nível do armamento nuclear durante a guerra fria e a queda do muro de Berlim marcaram uma geração interessada e envolvida nas questões de carácter político, não só pelo patriotismo intrínseco de cada cidadão, mas também pela consciência de que num mundo cada vez mais evoluído do ponto de vista tecnológico, e por isso cada vez mais pequeno, seria necessária a participação ativa do eleitorado para salvaguardar os interesses nacionais e internacionais. Também em Portugal, ainda que mais isolado destes grandes conflitos da segunda metade do século XX, assistiu-se ao término do regime autoritário de Salazar/Caetano em 25 de Abril de 1974 - bem como do isolamento político ao nível das relações internacionais que colocou Portugal fora da segunda Guerra Mundial.

O virar do século XX para o XXI foi marcado pelas resoluções diplomáticas pacíficas no plano das relações internacionais e pela consequente “queda” do serviço militar obrigatório (de forma geral) nos países desenvolvidos dando uma nova esperança para o que pudesse vir a ser o triunfar dos regimes democráticos naquela região do globo e resultante emancipação dos respectivos povos em direcção a uma (nova) ordem de paz mundial duradoura.

Não obstante, tem-se notado, neste primeiro quarto do novo século, não só a proliferação das políticas antissistema e de reversão face grandes decisões políticas a nível internacional [que tiveram na origem do Brexit, como veremos a seguir] mas também ao surgimento de uma geração desinteressada e com falta de carácter participativo a que os meios de comunicação social comumente chamam de “geração nem-nem” (OLIVEIRA, 2016). Uma geração que não só não estuda, nem trabalha; como também não tem opinião política, nem uma atitude crítica em relação ao que lhe é

transmitido através dos meios de comunicação social. Parece constituir a ignorância personificada que se junta cada vez em maior número às fileiras do eleitorado e “alimentando”, consequentemente, o alvo que parece apresentar-se como o crescente potencial de oportunidade do demagogo. Evidência disto mesmo parece poder ser identificada nas presentes circunstâncias através da crescente percentagem de abstenção nas eleições. Segundo os dados da antiga STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) - sucedida pela atual DGAJ (Direção Geral da Administração Interna) - em 1975 registou-se uma abstenção de 8,3% nas eleições para a Assembleia Constituinte (mais tarde Assembleia da República) resultado que foi aumentando progressivamente ao longo dos anos, sendo que em 1991 se registou uma abstenção de 32,6% para as mesmas eleições e 38,1% para a eleição do Presidente da República (BACALHAU, 1994). Esta tendência tem sido constante, sendo que nas eleições de 2011 para a Assembleia da República se tenha registado uma abstenção recorde de 43,07% e 51,16% nas eleições presidenciais – últimos dados disponíveis pela Comissão Nacional de Eleições (2007). Segundo ainda os dados da Economist Intelligence Unit, o parâmetro mais baixo do índice da democracia portuguesa em 2016 corresponde precisamente à participação política com 6.67, associado a uma abstenção de 52.34% nas eleições Presidenciais no mesmo ano, segundo os dados publicados pela SGMAI (Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna).

Estes números crescentes são preocupantes, não só porque têm implicações na qualidade das eleições democráticas (e por isso na qualidade da democracia em si), mas também porque são demonstrativos de uma sociedade cada vez menos preocupada com o rumo do Estado, tanto a nível interno, como externo.

As mesmas circunstâncias em que se encontra Portugal são aquelas em que se encontram vários países um pouco por toda a Europa, marcados pela crise económica, social e na maioria dos casos também política – situação que acaba por se traduzir em decisões “radicais” no plano das Relações Internacionais e facilmente apontadas como “populistas”, como foi o caso do Brexit apontado por Macshane, Castela e tantos outros como veremos a seguir.

“O contexto da política britânica em 2014 estava a mudar rapidamente. A comissão europeia anunciava que a Grã-Bretanha teria de pagar €2.1 mil milhões extra

para os cofres da UE, pela simples razão de que a balança económica inglesa teria sido uma excepção ao cenário trágico da Europa.” (MACSHANE, 2015:).

Segundo Macshane houve de seguida um “massacre” não só por parte dos meios de comunicação social, mas também dos políticos (mesmo os pró-Europeus), que condenaram as políticas da UE e rapidamente se esqueceram dos £700 milhões com que a UE financiou o RU no final da década de 1990 para investir no desenvolvimento da sua indústria (2015).

Assim, parece-nos legítimo questionar se, em face do que atrás procurámos demonstrar ser a realidade das democracias do nosso tempo, podemos considerar existir, de facto, um problema de cultura política democrática? A nosso ver, parece-nos certo que sim. No entanto, a questão parece-nos poder (e dever) ser considerada a dois níveis: ou se prende com a cultura política democrática do RU, que remete para a efectiva (in)existência de uma identidade europeia – que não se limita ao “ontem” e ao “hoje” -, ou então está relacionada com a própria estrutura da União Europeia que, no desconhecimento da promessa de referendo em 2013 por parte do ministro inglês David Cameron, promoveu a “onda de populismo” ao sobrecarregar a balança económica britânica por “bom comportamento” (MULLER, 2016).

Justificação do Estudo

Num mundo caracterizado pela globalização que, por motivos tecnológicos, se torna cada vez mais pequeno é necessário compreender qual o lugar da cultura política na realidade do mundo ocidental no século XXI e, em particular, na UE - na medida em que as economias, as sociedades e os sistemas políticos cada vez mais interagem à distância através do domínio do espectro eletromagnético.

Segundo o professor Adriano Moreira, “(...) o Homem (...) além da sociabilidade partilhada em comum com outras espécies animais, tem a mais o dom da comunicação pela palavra, e assim a possibilidade de definir um sentimento comum do justo e do injusto, que baseia a construção e funcionamento de um aparelho do Poder, e normalmente de um Estado ou comunidade política (...)” (MOREIRA, 1979:21). Num

mundo digital como aquele em que vivemos, este “dom da comunicação” tem uma responsabilidade acrescida quando consideramos ser fundamental prover as gerações de novos eleitores (que, como atrás referimos, parecem apresentar-se cada vez mais desinteressados da política, quer interna quer externa) de meios que lhes permitam resistir a práticas políticas profissionais menos desejáveis, como a fácil demagogia ou o populismo.

O resultado do referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na UE sugere reflexões sobre retrocessos políticos relevantes na construção de uma UE que parecia consistente desde o período pós-segunda guerra mundial. De facto, parece-nos fazer sentido equacionar se tal opção da maioria do povo britânico, que votou no referendo, revela uma ausência de qualquer sentido de identidade europeia, por um lado e ou de cultura política democrática, por outro; ou se, pelo contrário, é reveladora da incapacidade da UE (que parece não saber [ou não querer]) em dar resposta às questões que são vistas como prioritárias pelos cidadãos dos estados-membros em geral e do Reino Unido em particular – e, por isso, de traduzir em acção política concreta aquele que é o quadro de valores e princípios associado à cultura política democrática ocidental - e que poderá estar na origem de um progressivo desmoronar de toda a estrutura supranacional da UE.

Poderá ainda ser interessante reflectir sobre uma questão clássica que parece apresentar-se aqui sob “novas” roupagens – elites politico-partidárias, que governam os Estados-membros vs. massas, os cidadãos, que são os destinatários das decisões e respectivas medidas a elas associadas. Neste contexto, as decisões-chave tendem a ser tomadas sem participação dos cidadãos-eleitores (uma vez que a política hoje é protagonizada pelos Catch-all parties). O Reino Unido foi uma excepção (assim como a Dinamarca também o havia sido alguns anos antes).

Assim, até que ponto se identificam as “massas” com o projecto europeu tal como tem vindo a ser posto em prática? Até que ponto as opções que têm vindo a ser tomadas pela cúpula dos políticos profissionais e tecnocratas (numa perspectiva multinível) são percebidas pela “maioria” como sendo “fiéis” e susceptíveis de traduzir aquela que é considerada/sentida/percebida como a Cultura Política de matriz ocidental – democrática; assente nos direitos inalienáveis consagrados na Carta Europeia dos

Direitos do Homem e do Cidadão (bem como na congénere Universal); respeitadora e cumpridora dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos?

Mas esta questão não se coloca apenas na esfera supranacional regional (Balão, 2014). Segundo os dados oficiais da ONU, em apenas 100 dias, no ano de 1994 no Ruanda, extremistas étnicos hutus massacraram 800 mil membros da comunidade tutsi tendo, a própria ONU sido acusada de não dar uma resposta eficaz ao problema e de se ter revelado incapaz de parar a chacina, além de que apenas em 2015 foi possível concluir o trabalho do ICTR (Internacional Criminal Tribunal for Rwanda) – estabelecido pela ONU - demonstrando mais uma vez a sua incapacidade na resolução de conflitos a nível mundial.

As duas guerras mundiais e a guerra fria que se lhe seguiu foram suficientes para motivar as anteriores gerações a lutar pela sua identidade enquanto cidadãos e pelo rumo de uma Nação, como demonstrado por alguns dados estatísticos ao nível da Economist Intelligence Unit (EIU) referentes à qualidade da democracia, e com base nos quais é possível concluir que o nível de abstenção à escala internacional nunca foi tão baixo como aquando do terminus destes mesmos conflitos (ANEXO B4). Também em Portugal se verificou o aumento de abstenção desde o 25 de Abril de 1974 como apresentados anteriormente pelos dados estatísticos da SGMAI.

O caso de regressão (evidente no resultado do referendo inglês de 2016) face às medidas democráticas do virar do século, parece remeter para a necessidade de rever a forma como a cultura política chega aos eleitores. O facto de haver disseminação de informação errónea à população inglesa por parte dos apoiantes do antieuropeísmo [como aconteceu com Nigel Farage e a sua promessa para devolver os 350 milhões de libras ao sistema nacional de saúde caso os eleitores votassem a favor da saída da UE] (MCCANN, 2016), é motivo de preocupação no que toca ao impacto da cultura política e como esta se manifesta na democracia e nas Relações Internacionais.

A própria UE parece ser responsável por esta cultura política de rutura -
“(...)A cultura europeia, desde a raiz grega ao amadurecimento medieval, tem procurado a realização de ideal ecuménico a partir da unidade de todos os homens para a prossecução de objectivos mais amplos.(...) Essa Europa, que procurou através dos seus melhores pensadores o caminho do universal e da totalidade, não realizou mais do que

o mito dessa procura tornando-se herdeira de uma cultura que pensou mais a universalidade do que soube concretizar(...)" (VARGAS,2012:21).

Para testar estas afirmações justifica-se um diagnóstico daquilo que é a estrutura da organização supranacional [democrática] da UE, analisando o ethos da sua cultura política democrática e dos seus Estados-membros e provando qual o impacto desta última (relação de causa/efeito com o Brexit) nas Relações Internacionais.

Limitações do Estudo

A principal limitação do presente estudo é a complexidade do próprio objectivo geral, que busca problematizar e discutir cultura política democrática atual em articulação com a própria qualidade da democracia, estando sempre dependente de dados estatísticos de terceiros. Por essa razão, ver-nos-emos obrigados a fazer uma cuidada revisão bibliográfica sempre que for necessário recorrer a dados estatísticos, tendo atenção quer às orientações políticas quer às tendências apreciativas eventualmente associadas.

Outra condicionante a ter em conta no âmbito desta investigação prende-se com o facto de o caso estudado -"Brexit"- ser relativamente recente sendo que a bibliografia atualmente existente corre facilmente o risco de poder ser considerada ou especulativa ou demasiado vaga do ponto de vista factual, sendo que alguns efeitos associados àquele acontecimento ainda nem têm expressão nos dados estatísticos mais recentes (como é o caso do The Economist Intelligent Unit, que faz um estudo da qualidade da democracia no ano de 2017 (um ano após o referendo ter sido executado) pelo que as repercussões e consequências são imprevisíveis; em particular quando falamos, na prática, do impacto da cultura política ao nível das relações internacionais. Desta forma, será necessário acompanhar de perto as alterações e reacções no plano das relações internacionais, avaliando de forma científica os efeitos da saída do Reino Unido da UE, que poderão ou não estar reflectivos em dados estatísticos.

Ao longo deste trabalho de dissertação de mestrado procuraremos, ainda, estabelecer algumas comparações de eventos históricos com exemplos da atualidade,

tendo em conta que a cultura política é um conceito evolutivo ajustando-se aos desafios da conjuntura ao longo das diferentes gerações, sendo que assumimos à partida a possibilidade de persistir alguma subjetividade nestas mesmas comparações resultantes, desde logo, da própria escolha dos exemplos a serem considerados.

“À medida que as gerações mais novas vão substituindo as gerações mais velhas, os valores e atitudes adquiridas por estas, bem como as suas experiências de vida numa fase de formação de personalidade, potenciam alterações nos padrões culturais – isto é, a mudança inter-geracional dá-se quando novas orientações os vão penetrando e cristalizando nas gerações mais novas, até que estas sejam novamente substituídas” (VARGAS, 2012: 62).

Revisão de Literatura

“(...) Porque, diferentemente de qualquer outra nação, não dizemos que um homem que não se interessa pela política se limita a meter-se na sua vida. Dizemos, sim, que é um inútil. Nós, Atenienses, somos capazes de ajuizar todos os acontecimentos públicos, e, em vez de considerarmos a discussão dos mesmos como um obstáculo para a acção, pensamos que ela constitui um passo preliminar indispensável a qualquer acção prudente (...)” (Péricles in TUCIDIDES, 2008: 191). É com estas afirmações que um dos antigos líderes de Atenas descreve, na antiguidade, um dos pressupostos para uma das primeiras democracias da história.

É evidente que não podemos falar de cultura política sem falarmos de cidadania, palavra que o Professor Adriano Moreira descreve como *“(...) o conceito fundamental dos revolucionários do século XVIII, mas juridicamente não significou o acesso de todos os homens à participação e à alternância no Poder (...)”* (MOREIRA, 1979: 27), ao contrário do que parece verificar-se hoje, em que há um *“(...) desaparecimento da distinção entre cidadãos activos e cidadãos passivos, para a igualdade de sexos, para o abaixamento da idade de voto (...)”* (MOREIRA, 1979: 28), caminhando para o sufrágio universal mais próximo daquilo que é efetivamente uma democracia plena, que segundo o Economist Intelligence Unit (EIU) caracteriza países nos quais as liberdades políticas

e civis básicas serão respeitadas; que reunirá uma cultura política com carácter democrático em adição a um governo com um funcionamento satisfatório; os meios de comunicação social têm de ser independentes e terão de apresentar diversidade; a acção judiciária deverá ser empregue com eficácia e, também ela, por órgãos independentes. (*ibidem*, 2018)

No entanto, esta “democracia plena” abordada pela publicação EIU terá que cumprir alguns requisitos para que funcione corretamente, visto que a maioria dos autores concorda que “(...) *a própria origem e constituição dos partidos assenta num juízo sobre a composição real da comunidade política e sua relação com o que hoje se chama a maioria silenciosa, em vista do crescente alheamento dos indivíduos em face da luta política(...)*” (MOREIRA, 1979: 184), tendo sido sobre esta falha que alguns regimes populistas terão ganho poder, com grandes implicações no plano mundial, como foi o caso do *National Socialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP) em 1933 - partido liderado por Adolf Hitler. Aliás, o discurso atual de alguns autores do século XXI parece seguir a mesma linha de argumentação quando, como considera Castela (2017: 102), “(...) *os idosos, as classes trabalhadoras, os desempregados, as vítimas da asfixia fiscal (...) faria[m] as delícias mais apetecíveis de um qualquer dirigente(...)*” como, e segundo ele, já se terá verificado com a eleição de Trump nas presidenciais americanas.

Esta parece ser, de resto, a grande falha da democracia. É que os partidos políticos parecem estar dispostos a tudo para alcançar o voto popular, não medindo os meios para alcançar os fins dando, assim, uma vez mais, razão a Maquiavel “(...) *A um príncipe é necessário ter o povo por amigo; de outra maneira, não tem remédio na adversidade (...)*” (2015: 52). Até mesmo em Portugal, depois do 25 de Abril “(...) *a corrida para o domínio dos meios de comunicação (...) [se verificou e] que em vez de servir uma opinião pública esclarecida que tornasse independente e arbitral o poder do sufrágio, [se] procurou dominar os meios de comunicação que permitem manipular a opinião pública em termos de captura de Poder(...)*” (MOREIRA, 1979: 188).

A professora Sandra Balão na sua obra “A Fórmula do Poder” (2001) faz uma análise do pensamento de Moisei Ostrogorski em “Democracy and the Organization of Political Parties” (1970) em relação à Democracia e aos problemas a ela associados e que foram por ele identificados.

“Ostrogorski considerou que o facto de todos os pressupostos da vida política numa sociedade democrática estarem nas mãos, não da maioria [que, num sistema de governo democrático é quem, teoricamente, detém o poder e o delega nos seus representantes: que escolhe por meio do sufrágio universal onde, livremente e sem qualquer tipo de pressões, expressa através do direito de voto, a sua vontade] mas sim de uma minoria poderosa e devidamente organizada, que tinha como finalidade última e máxima conquistar, exercer e manter o poder que, por direito, pertencia ao povo, era extremamente grave” (BALÃO, 2001: 225). Desta forma, os partidos manipulariam toda a teia do poder, de tal forma que tudo o que fosse decidido [quer em sessões de voto ou em plenário] visariam determinado impacto [encenado] na opinião pública; não ignorando o papel dos meios de comunicação social já que *“a opinião pública não possuía qualquer tipo de educação política e acabava por ser apenas um instrumento habilmente manipulado pela minoria de acordo com os seus interesses e vontades”* (ibidem, 2001: 232). Perante este *statu quo*, Ostrogorski defenderia que deveria haver uma aposta no desenvolvimento da educação política das massas e na criação de uma imprensa apartidária, de forma a promover uma opinião pública mais esclarecida.

O facto central na nossa investigação consiste, assim, na assumpção de que a cultura política democrática é um pressuposto necessário à “democracia plena” de acordo com o Índice de Democracia do EIU, na componente da qualidade de “participação política”, parâmetro que, em Portugal, se situa abaixo da média Europeia. Por isso, essa “participação política” deverá ser promovida de forma a atingir o ideal utópico democrático da consciência individual e independente de cada eleitor face a todas as ideologias políticas, de forma a reduzir a possibilidade de surgirem regimes como os que estiveram no epicentro da segunda guerra mundial - causadores de genocídios em massa e violação dos direitos humanos por via da demagogia (Economist Intelligence Unit, 2018).

No âmbito do exercício de revisão da literatura que conduzimos para esta investigação, foi possível apurar que o termo “cultura política” terá sido introduzido por John Rawls na sua obra “A Theory of Justice” aquando da sua análise sobre a liberdade política dos cidadãos de uma determinada sociedade democrática:

“O facto de tomar parte na vida política não torna o indivíduo senhor de si próprio, mas dá-lhe uma voz igual à dos outros para que, com eles, decida como é que as condições sociais básicas devem ser organizadas. A participação também não responde à ambição do domínio dos outros, dado que se pede a cada um que modere as suas exigências de acordo com o que todos reconhecem ser justo. A vontade pública de consultar e ter em atenção as convicções e interesses de todos lança os fundamentos para a amizade e forma o ethos da cultura política” (RAWLS, 1971: 205).

Então, a cultura política democrática diz respeito à acção política do Homem como ser social e democrático, de acordo não só com os seus direitos e deveres, mas também com as suas crenças, valores e aptidões/conhecimentos. Sendo que, segundo Platão na sua obra “A República”, cada indivíduo terá a sua natureza e o seu artífice e por essa razão também terá diferentes preocupações, sendo que *“(…) nessa forma de governo (...) encontram-se homens de espécies mais variadas (...) tal como um manto de muitas cores, matizado com toda a espécie de tonalidades (...) apresentará o mais formoso aspeto”*. Na sua descrição utópica, Platão revela ainda que será nessa forma de governo (democracia) que será possível construir a melhor constituição *“(…) porque dispõe de toda a espécie de constituições, devido à liberdade (...)” (PLATÃO, 2014: 384).*

Desde Platão a Rawls, incluindo alguns autores portugueses como Meirinho Martins e Lucas Pires como veremos a seguir, são concordantes na ideia de que a democracia seja o regime mais justo para a vida numa sociedade de Homens com crenças, valores, aptidões e naturezas diferentes. Parece, então, que estamos a falar de cultura política [Democrática].

John Rawls afirma na sua obra “*A Theory of Justice*” que *“(…) os princípios da justiça como equidade traduzem a justiça do fundo da sociedade. E é sobre esta que se avaliam os princípios justos e razoáveis a aplicar tanto aos indivíduos quanto às instituições, associações e práticas sociais em geral (...)” (1971: 102-103).*

A ideia de cultura política democrática surge neste pressuposto de sobreposição de ideias em que cada indivíduo aceita e sabe que os que o rodeiam aceitam os mesmos princípios de justiça pelos quais se rege uma sociedade democrática (RAWLS, 1971). Segundo o mesmo autor, o ideal de cultura política democrática impregna assim três pontos fundamentais: o pluralismo razoável, como visto anteriormente também em

Platão; a existência de uma determinada doutrina, composta por princípios de ordem e justiça, imposta pelo poder do Estado e respetivos órgãos que o compõem e que separam entre si os poderes executivo, legislativo e judiciário; e o consenso entre cidadãos politicamente activos, tendo em vista o primeiro e o segundo ponto, porque só em interdependência é que estes pressupostos funcionarão de forma a haver uma cultura política democrática.

Mas então, de forma a haver uma democracia forte é necessário desenvolver a cultura política democrática - porque só o será se estiverem nela patentes e representados os Homens de diferentes naturezas e espécies a que se referia Platão como atrás vimos.

Ainda segundo John Rawls, a Cidadania Democrática impõe aos cidadãos o dever da argumentação colectiva em relação aos princípios, crenças, valores e políticas que defendem individualmente. Este dever, também chamado de dever de civilidade, inclui a predisposição para se ouvir a argumentação dos outros, promovendo um espírito de equidade na deliberação sobre os ajustamentos a fazer (por sobreposição ideológica) de modo a considerarem os diferentes pontos de vista de cultura política (1971).

Podemos ainda acrescentar, nesta mesma linha de reflexão, que o ideal de Cultura Política e o de participação política se associam na medida em que a primeira, se for enquadrada no pressuposto da democracia, requer ao cidadão “(...) *um envolvimento político equilibrado, pela aceitação das regras de funcionamento do sistema político em que se insere e da legitimidade das instituições e das autoridades (...)*” (MARTINS, 2004: 106). Nesta medida, a participação política poderá ser considerado um indicador de cultura política.

No que toca à cultura política [democrática] parece haver um reconhecimento da sua importância nas relações internacionais (em particular na UE), tal como afirmado por Niall Ferguson (2015), em sintonia com a obra de Edward Gibbon (2013) que enuncia que as causas que estiveram na origem da queda do império romano teriam sido a incapacidade de resolução dos problemas ao nível da diversidade cultural, as políticas sobre a migração e a administração económica (como veremos haverá algumas parecenças com o Brexit) .

Enquadramento Teórico

Não obstante e na sequência de tudo o que atrás dissemos, não nos podemos esquecer que um Estado democrático (sendo composto por uma população dirigida por um determinado governo por ela escolhido por via do sufrágio universal num determinado território) é também um ator no plano das relações internacionais. Neste sentido, e considerando os contributos de autores como Robert Jackson e Georg Sorensen, equacionamos de seguida, e com particular interesse os contributos das perspectivas oferecidas por quatro teorias no âmbito das relações internacionais, que buscam explicar como se articulam as interações entre os actores das Relações Internacionais (2010).

Nicolau Maquiavel, realista clássico, defendia que a aquisição de Poder e a utilização desse mesmo poder deverão ser uma preocupação central da actividade política. Desta forma, a política internacional é descrita como uma arena de rivalidades, conflito e guerra entre os diferentes estados no qual cada um defende os seus interesses nacionais de forma a assegurar a sua sobrevivência (MAQUIAVEL, 2016).

O Neorealismo de Kenneth Waltz (1999) difere da teoria acima descrita na medida em que assume que os estados se distinguem uns dos outros através da menor ou maior capacidade para executar tarefas semelhantes. Desta forma, as mudanças no plano internacional ocorrem de acordo com as alterações na balança de poderes, a qual se vai equilibrando conforme o crescimento das diferentes potências. O foco é colocado, portanto, nas estruturas do sistema que se estabelece entre os Estados (que pode ser bipolar – Guerra Fria – ou multipolar – antes e depois da Guerra Fria) e não nos indivíduos (governantes) que detêm o poder e capturam o poder, sendo a decisão destes últimos adequada à estrutura internacional em questão.

Enquanto os realistas, como Nicolau Maquiavel, têm uma visão pessimista sobre a natureza humana, os liberais têm fé na razão humana e nos princípios pelas quais esta se rege face aos negócios estrangeiros. Sendo assim, o progresso tecnológico, económico e social a nível mundial daria origem a uma duradoura cooperação entre os Estados (JACKSON & SORENSEN, 2010).

“A Europa procura fazer das fraquezas forças e tirar as lições das causas que tinham conduzido à guerra. Havia a sensação de ter sido ultrapassado um limite

irrepetível e ser necessário lançar as pontes para uma nova ordem política, económica e social, tanto a nível interno das várias constituições nacionais como da relação entre os Estados europeus” (PIRES, 2008: 51).

Wendt em 1999 introduz o Construtivismo que ganhou relevância após a Guerra Fria face ao esbatimento da polaridade entre EUA e União Soviética e que dá ênfase à visão materialista dos neorealistas sobre o poder. Waltz considera que a ideologia dos actores internacionais é fulcral para a importância que esse poder tem face aos restantes Estados, sendo que esta compreende as crenças, os princípios e as atitudes de um determinado colectivo. Estas últimas poderão traduzir-se, por via da democracia, em orientações e abordagens de um Estado para com um problema ou necessidade – *vide* os líderes Soviéticos em 1989 decidiram não continuar a empregar força militar para manter a Europa de Leste sob controlo já que já não acreditavam na sua eficácia com este intuito (WENDT, 1999).

Em face do nosso objeto de estudo, particularizado no Reino Unido e contextualizado na União Europeia no século XXI; tendo em vista a cultura política [democrática] de ambos e a responsabilidade que se lhe pode atribuir face ao Brexit, considerarei como perspectiva de análise preponderante no contexto da Teoria das Relações Internacionais o Construtivismo. Não só porque a cultura política corresponde às crenças, aos valores, aptidões e conhecimentos pelos quais se rege a acção política do Homem (RAWLS, 1971), mas também porque o Construtivismo considera que estes valores, estes conhecimentos e dados adquiridos são fundamentais para as Relações Internacionais - *“500 bombas nucleares britânicas são menos ameaçadoras que para os Estados Unidos da América do que 5 bombas norte-coreanas, porque os primeiros são amigos e estes últimos não”*(Wendt, 1995: 73).

Já ao nível da estrutura do documento, estaremos perante uma introdução que limita e enquadra o trabalho nas questões teóricas, justificando-se a pertinência do tema; seguindo-se o enquadramento metodológico em que se expõem as questões e hipóteses de investigação e em que se mostram quais são os métodos científicos a utilizar no âmbito desta dissertação de mestrado.

Depois de concluídas as questões formais do trabalho passamos à investigação em si, que se inicia com o primeiro capítulo de desenvolvimento que diz respeito à

perspectiva histórico-evolutiva da cultura política interligando este conceitos a outros como participação política e cidadania e enquadrando-o na democracia, de forma a chegar ao conceito de cultura política democrática.

No segundo capítulo fazemos uma análise da cultura política democrática nas Relações Internacionais e na União Europeia, centrando-nos nos acontecimentos que levaram ao Brexit criando elos de ligação entre estes e a cultura política democrática.

Já ao longo do terceiro capítulo fazemos o estudo de caso do Brexit, complementando-o com dados estatísticos tanto sobre o referendo em si como a cerca da qualidade da democracia e do aumento das taxas de abstenção ao nível dos processos eleitorais na UE, partindo de seguida para as Conclusões que compreende o teste das hipóteses e o responder à pergunta de partida patentes no enquadramento metodológico. No parte final do trabalho encontra-se ainda a lista de referências bibliográficas e os anexos.

Página Intencionalmente deixada em branco

Enquadramento Metodológico

Questões e Hipóteses de Investigação

Pergunta de Partida:

Qual a importância da cultura política democrática nas Relações Internacionais?

Perguntas Derivadas (PD) e Hipóteses (H)

1. PD1: Qual o *statu quo* da cultura política democrática nas Relações Internacionais do século XXI?
2. PD2: Que leitura se poderá fazer do *Brexit* no contexto da cultura política democrática?
3. H1: O *Brexit* pode ser considerado um estudo de caso demonstrativo da existência de uma cultura política democrática forte no Reino Unido.
H2: O *Brexit* é demonstrativo de uma forte cultura política democrática que serve de sustentáculo a toda a arquitectura política e institucional da União Europeia em geral e das suas instituições e agências em particular.
H3: O *Brexit* é demonstrativo de que são necessárias reformas no âmbito da UE enquanto organização supranacional e nos Estados que a integram para que seja possível mitigar fenómenos centrífugos em matéria de construção europeia.

Metodologia

O estudo dos métodos e a devida análise das suas características, enunciando as suas capacidades e limitações, estará patente na metodologia. Neste parâmetro da dissertação de mestrado será definido o caminho para o conhecimento cientificamente considerado válido bem como as opções de acordo com as quais procuraremos atingi-lo, explicando de forma detalhada, exata e rigorosa os objetivos de toda a pesquisa desenvolvida no seu âmbito, bem como os procedimentos adoptados - desde o levantamento de informação relativa a determinada questão ou problemática, até às fontes consideradas e consultadas, à análise e tratamento dos dados, apuramento dos resultados, e elaboração das respectivas conclusões.

As normas e as regras destes procedimentos variam de acordo com os modelos teóricos e metodológicos adotados pelos autores.

Assim, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), as técnicas de investigação utilizadas variam conforme o objetivo e o tipo de informação que visam atingir, sendo que a lógica de tratamento de informação ou a metodologia escolhida irá afetar necessariamente os resultados científicos obtidos.

Desta forma, será necessário expor os métodos de abordagem e procedimentos, bem como as técnicas e os meios no âmbito do trabalho científico a desenvolver.

Por sua vez, os métodos de investigação podem ser quantitativos, qualitativos ou mistos e definem-se segundo Grawitz (1993) como um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objectivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem seleccionar e coordenar técnicas.

As técnicas são, então, procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, passíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problemas e aos fenómenos a serem alvo de estudo, sendo que a sua escolha depende do objetivo que se pretende alcançar (CARMO, 1998).

Sampieri (2013) defende, por seu lado que, de acordo com a abordagem quantitativa, a recolha de dados e padrões numéricos, é fundamental para a verificação de hipóteses sendo possível, apenas desta forma, o positivismo lógico para validação

teórica - ao contrário da abordagem qualitativa, que através da comparação de dados permite conclusões que dependem da sensibilidade do investigador face à qualidade e validade dos dados recolhidos.

Tendo em conta não só as duas possibilidades metodológicas identificadas e brevemente caracterizadas mas, também, o carácter do objeto de estudo relativamente ao qual a informação disponível poderá ser tanto estatística como bibliográfica, esta dissertação terá em conta uma abordagem mista, considerando-se ser útil valorizar a relevância da sua complementaridade ao invés das suas diferenças e antagonismos. Desta forma, beneficiaremos não só das vantagens da abordagem qualitativa que obriga à aproximação do investigador ao objeto de estudo para promover uma fiabilidade dos recursos bibliográficos e a necessária interpretação no confronto entre a teoria e a realidade observável através dos factos sociais, como também da abordagem quantitativa de forma a que haja produção de conhecimento diretamente da análise de padrões numéricos e estatísticos para testar hipóteses.

Ao nível do tipo de estudos, são considerados por Vilelas (2009) três possibilidades: exploratórios, que têm como finalidade reconhecer uma determinada realidade com pouca informação disponível sobre o assunto; descritivos, em que se descreve rigorosamente e de uma forma clara um determinado objeto de estudo no que toca à sua estrutura e funcionamento; correlacionais, em que o objetivo não é estabelecer uma relação de causa-efeito entre as variáveis presentes num estudo, mas quantificar as relações entre variáveis através de provas estatísticas, formulando hipóteses.

Neste trabalho de investigação, a tipologia de estudo que mais se adequa é a descritiva, de forma a buscar perceber-se qual é a relevância de um determinado fenómeno (“Brexit”) para as hipóteses que se querem ver provadas ou tentar provar.

No entanto, também se recorrerá à tipologia exploratória na medida em que o caso em estudo por ser muito próximo do ponto de vista cronológico carece ainda de muita informação com carácter factual e abunda em informação especulativa, sendo necessária uma maior proximidade por parte do investigador.

No âmbito da aplicação da metodologia de natureza qualitativa recorreremos maioritariamente à pesquisa bibliográfica que será efectuada através de obras de referência, artigos científicos e monografias.

Será ainda analisado todo o processo que levou ao Brexit, de acordo com os dados oficiais da EIU e da UE sobre a evolução das taxas de abstenção e resultados de referendos anteriores, de entre outros elementos estatísticos e informação oficial que poderão ser considerados pertinentes e susceptíveis de categorização tendo em vista a análise da cultura política democrática. Desta forma, será também tido em conta quais os referendos que tiveram lugar no seio da UE, os problemas que lhe foram associados, bem como os seus efeitos práticos.

No que se refere à pesquisa recorrer-se-á, também, à Internet, considerando-se ser de destacar o motor de busca *ebscohost* nas bases de dados *Academic Search Complete* pela sua relevância e pertinência.

Do ponto de vista qualitativo iremos considerar um estudo de caso - sobre o processo de saída da União Europeia por parte do Reino Unido -, no âmbito do qual consideramos ser necessária uma metodologia de análise hipotético-dedutiva em que o investigador a partir da obtenção de dados estatísticos oficiais, partirá para o teste das suas hipóteses, tendo em atenção as suas fontes de forma a não comprometer a fiabilidade dos resultados finais, adicionando ao conhecimento científico pré-existente algo de novo.

Ao longo do estudo de caso tivemos em conta algumas investigações de carácter científico, como os dados estatísticos do Pew Research Center [elaborados por Stokes (2016)] embora possam ser discutíveis quanto à representatividade da amostra seleccionada face à totalidade da população da UE.

I - Cultura Política e Cultura Política Democrática: breve perspectiva histórico-evolutiva

“Todas as Ciências Sociais pecam em prospectiva” afirmou o Professor Doutor António de Sousa Lara (V Lisbon International Arctic Conference and Workshop, 2017), tendo sido neste contexto abordada a dificuldade que existe em prever acontecimentos no âmbito da Geopolítica e das Relações Internacionais.

O nosso objectivo com este problema de investigação é, precisamente, procurar contrariar essa tendência, na exacta medida em que consideramos ser necessário à manutenção da UE e da sua arquitetura institucional como organização supranacional democrática um diagnóstico (ainda que exploratório, admitimos) de qual o *statu quo* da cultura política democrática e a qualidade da democracia no seu seio e dos seus Estados-Membros, de forma a evidenciarmos quais os seus problemas e procedermos a uma análise mais aprofundada daquilo que terá estado na origem da crise da União Europeia que teve como corolário político o “não” dos cidadãos britânicos, através de um referendo (ou consulta popular, como é muitas vezes designado) à permanência do seu país na União Europeia. Só assim será possível analisar e discutir, de entre outras questões conexas 1. até que ponto o Brexit pode ser ou não considerado o resultado da existência de uma cultura política democrática forte no Reino Unido; ou 2. até que ponto aquele desfecho é representativo da existência de uma forte cultura política democrática que serve de sustentáculo a toda a arquitectura política e institucional da União Europeia em geral e das suas instituições e agências em particular (e isto independentemente do método de tomada de decisão) – que sobrepõe os interesses do todo à liberdade de expressão e à participação cívica (e política) através do exercício do direito de voto; e ainda 3. quais as repercussões de 1 e 2 nas Relações Internacionais do século XXI.

De facto, *“A realidade europeia transformou-se profundamente desde 1950. A Comunidade Económica Europeia teve excelentes resultados, passando a atrair e a condicionar cada vez mais países a aderir a ela. Nesse processo, as coisas ainda funcionaram durante algum tempo em termos positivos. Mas, nos últimos anos degradaram-se, havendo alguns fatores que interagiram para essa degradação: a globalização e a expansão das tecnologias de informação e comunicação, a reunificação*

alemã, o excessivo alargamento a 28 ocorrido em 2013, o Tratado de Lisboa.” (MOURA, 2013:14).

Na abordagem construtivista de Alexander Wendt (1999) consideramos um meio termo entre a abordagem neorrealista de Kenneth Waltz [que considera que o sistema internacional é uma anarquia, em que prevalece o poder relativo de um Estado em relação a outro(1999)] e a abordagem neoliberal de Fukuyama [que considera que o desenvolvimento social, económico e tecnológico influenciaria um desenvolvimento político no sentido da democracia, dando origem a uma paz duradoura entre os Estados (1992)]. Assim, consideramos a existência de outros actores que disputam com o Estado o espaço que tradicionalmente seria seu monopólio, através da formação de organizações supranacionais. (Wendt, 1999)

Em adição, consideramos que prevalecem atualmente na União Europeia os regimes democráticos sendo que tanto a política interna como a política externa tomam o rumo que os representantes, eleitos pelo povo, deliberam entre si – estabelecendo relações de interdependência entre os estados (*ibidem*, 1999). Iniciamos, então, a nossa análise naquilo que é o ethos da democracia e os parâmetros diretos que a influenciam.

Quando na conceptualização operacional procurámos discernir, discutir e operacionalizar o termo democracia, falámos numa forma de governo do povo que, através do sufrágio universal, estaria apoiado em instituições representativas. No entanto, podemos considerar que a característica da cultura política mais importante da democracia e sobre a qual assentam todas as outras é a da participação política que inclui mais que o sufrágio como iremos ver de seguida.

De acordo com Benjamin Barber (1984) uma democracia forte requer uma atividade autónoma de cidadãos com a pretensão de controlar não só as suas vidas, mas também de influenciar a natureza da sociedade que os rodeia.

Por sua vez, o termo “participação” tem origem no latim “*participatio*” e significa “fazer ou tomar parte de”. Ao extrapolar este conceito para a participação política, rapidamente nos apercebemos que estamos a fazer alusão à ideia de tomar parte na política.

Assim sendo, é fácil tomarmos consciência da complexidade inerente a este conceito sendo que, segundo o Professor Doutor Manuel Meirinho Martins, podemos

estar a falar de “(...) *comportamentos activos ou passivos dos cidadãos; [...] atitudes e motivações face à vida política e pública; [...] acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política; [...] actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais; [...] comportamentos consentidos e não consentidos; ou [...] intervenções na esfera política e social (...)*” (MARTINS, 2004:39).

É deste conceito que deriva a democracia participativa, sendo que sem a participação plena dos cidadãos, sem uma aproximação entre governados e governantes, nunca haverá uma identificação por parte dos eleitores para com um determinado sistema político.

“(...)Sem o envolvimento activo dos cidadãos e sem a preocupação dos governantes em consultar o povo não existe verdadeira participação política, sendo que o contrário só pode configurar uma pseudodemocracia(...).” (MARTINS, 2004:43).

Ao nível da cidadania democrática, que requer esta participação política, acrescenta-se o conceito de cultura política, segundo o modelo de Verba e Almond (1963). Na sua obra - “The Civic Culture” -, o conceito de cultura política que evidencia os conhecimentos políticos, os sentimentos, os valores e as capacidades dos cidadãos em relação a um determinado sistema político está relacionado com um padrão de distribuição de orientações políticas, de acordo com uma distribuição social de atitudes políticas numa determinada população ou subpopulação.

De acordo, ainda, com o modelo de Verba, estas orientações poderão assumir dimensões cognitivas, afectivas e avaliativas. A dimensão cognitiva abrange os conhecimentos e crenças acerca de um determinado sistema político; a dimensão afetiva, debruça-se sobre os sentimentos acerca desse sistema político; e a dimensão avaliativa reflecte a acção do mesmo sistema face a determinados valores políticos pessoais, julgando-o.

Alain Lancelot (1974) ao conceito de cultura política acrescenta que esta designa motivações e atitudes por parte de um indivíduo que são dirigidas a um determinado sistema político no qual ele próprio é interveniente, afectando a sua participação política.

Do mesmo modo, “A teoria da cultura política prediz que a democracia seria melhor legitimada e estável quando existem altos níveis de eficácia política, participação e informação.” (DIAMOND, 1999:208).

O professor Meirinho Martins (2004) acrescenta, ainda, que tendo em conta a afirmação de Diamond, o sentimento de eficácia política (interna e externa) tem influência no grau de participação política, sendo que quando os cidadãos acreditam que a sua participação terá expressão nos resultados (eficácia interna) e que o sistema político é capaz de dar resposta às suas necessidades (eficácia externa), esperar-se-á um nível mais alto de apoio e de satisfação para com a democracia. Assim (e como veremos mais à frente), o EIU aponta na Europa (tanto a Ocidente como a Oriente) uma das razões para o decréscimo da qualidade da democracia nos últimos anos face à ineficácia interna e externa, que por sua vez descredibiliza a democracia e leva a um esmorecimento da participação política (EIU, 2018).

Ao relacionarmos toda esta informação com aquele que é o nosso objecto de estudo, podemos dizer que a cultura política é o que move a participação política tendo, através desta última, expressão no contexto da democracia já que “a cultura política tem um impacto bastante significativo nas atitudes e comportamento dos indivíduos, no que respeita à sua relação com a actividade política.” (MARTINS 2004: 111).

Neste contexto, Larry Diamond acrescenta que a cultura política representa não só um “factor de legitimidade das democracias”, como também uma experiência pessoal dos cidadãos face à sua relação com a democracia, na qual não só participam ou decidem não participar, como também avaliam eles mesmos esta sua participação. (1999). (Esta autoavaliação terá um impacto na proximidade do cidadão democrático com a democracia, bem como a sua identificação com o sistema e seus respectivos representantes, como veremos a seguir.)

Seguindo, ainda, de perto o pensamento do professor doutor Manuel Meirinho Martins, o mesmo descreve que esta proximidade poderá ser definida sob cinco dimensões distintas: a da participação directa dos cidadãos no governo; do tipo de relações que são estabelecidas entre governantes e governados; a natureza do próprio mandato representativo; a forma como os representantes são eleitos, em questões de transparência e confiança não só com a própria acção governativa mas como do próprio sistema político.

“A participação política é associada a uma relação de proximidade entre o cidadão e os seus representantes ou entre o cidadão e o sistema político, ideia que recolhe apoios em teses que defendem que um dos problemas básicos das democracias representativas modernas se centra na excessiva distância entre o corpo eleitoral e as instituições do governo(...).” (MARTINS, 2004:114).

Consideramos, então, que a participação política é directamente influenciada pela proximidade política e que o inverso poderá provocar o desinteresse progressivo pela política, pela falta de identificação e confiança nos órgãos representativos, levando à apatia política.

Proveniente do grego - *“apatheis”* - refere-se a ausência de sentimentos que, no contexto da política se pode traduzir, por exemplo, na inexistência de participação por parte do cidadão seja de que forma for. Completando o seu argumento, o professor doutor Manuel Meirinho Martins acrescenta que apatia política refere-se *“(...) quer a uma rejeição voluntária, quer a uma rejeição condicionada da actividade política por parte dos cidadãos enquanto, noutros casos, se associa a atitudes e a comportamentos que indiciam um grau elevado de conformismo político ou até de satisfação com o funcionamento da democracia.” (MARTINS, 2010:168)*

As principais causas apontadas para este fenómeno prendem-se com o aumento da qualidade de vida, - que leva os cidadãos a optar por atividades de lazer ao invés de participarem na democracia, de se associarem, de discutirem (ainda que em ambiente informal) questões políticas; o desencorajamento da maioria dos cidadãos - face ao elevado grau de conhecimentos técnicos exigidos na actividade política profissional isto é, afastamento político; e a personalização do poder - reduzindo a participação política a uma manifestação de confiança em relação aos pretendentes do poder. (*ibidem*, 2010)

Robert Dahl na sua obra *“Who governs?”* publicada em 1961 acrescenta que esta cultura e participação política serão afetadas por outro factor que se prende com a partilha de crenças nos diversos estratos sociais, considerando que os estratos políticos divergem dos estratos apolíticos na medida em que estes últimos, por não terem acesso aos mesmos recursos políticos que os primeiros, investem menos tempo e esforço na

sua participação. Por este motivo, um eventual desacordo quanto às decisões tomadas em matéria de Estado (ou de uma organização como a UE que se lhe sobrepõem) não significa que haja uma alteração ou uma mudança, já que o consenso é na maioria das vezes obtido entre os estratos políticos/profissionais.

Larry Diamond, franco apoiante da democracia participativa (como visto anteriormente), concorda com Robert Dahl ao reconhecer que as elites possuem níveis de conhecimento e informação de nível superior. Desta forma, as culturas políticas serão diferentes entre os diversos estratos da sociedade e terão relevância maior ou menor consoante o seu nível social (1999).

Segundo o EIU (2018) é precisamente nestas condicionantes da participação política que tem havido lacunas no edifício da democracia europeia e do mundo, já que não só existe por parte do eleitores um (pelo menos aparente) sentimento de descrédito pelo sistema democrático e pela forma como funciona, como também as próprias elites e os profissionais culpam a suposta ignorância das massas pelos acontecimentos como o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald J. Trump nos Estados Unidos da América.

Assim, este descrédito do povo é evidenciado pelo aumento das taxas de abstenção em actos eleitorais, níveis de descontentamento social [p.e. taxas de adesão a greves e manifestações] e é agravado não só pelas decisões que os representantes tomam e que não são concordantes com o eleitorado, mas também pela limitação do próprio poder nacional e sobreposição de soberania por parte das organizações supranacionais (*ibidem*, 2018).

A mesma publicação evidencia uma crise democrática caracterizada pelo poder do povo (cujo sentimento de revolta se traduz em eleições e referendos antissistema) e uma tecnocracia das elites, que apontam o eleitorado como o maior perigo da democracia.

“Ninguém tem hoje qualquer dúvida de que é crescente o poder concentrado nas mãos dessas instâncias internacionais/globais, capazes de impor severos limites às competências dos Estados nacionais e capturando partes significativas do que eram as suas bases de soberania...” (FEIJÓ, 2017: 50).

Quando considerámos em momentos anteriores, neste capítulo, que a participação política (nuclear para a legitimidade da democracia) seria afectada pela proximidade política e que o inverso provocaria o desinteresse progressivo pela política, pela falta de identificação e confiança nos órgãos representativos, em que a própria cultura política democrática é “uma visão do mundo, uma visão da comunidade a que se pertence” (MOURA, 2013: 19), parecemos estar, hoje, perante uma crise na participação democrática resultante da falta de proximidade entre organizações supranacionais e eleitores (que vêem a sua participação afectada pela distância daquelas face a estes), a par com uma crise na cultura política das elites, que apontam o eleitor como o novo inimigo da democracia. (Economist Intelligence Unit, 2018)

De forma a evidenciar e melhor explicar os comportamentos anteriormente referidos, será necessário abordar o conceito de cidadania e de pertença como cidadão a uma dada comunidade.

“A noção de cidadania integra necessariamente um conjunto de representações e de comportamentos. As representações dizem respeito à pertença do cidadão a uma comunidade política estruturada em determinados termos, perfilhando um determinado sistema de valores e participando de uma determinada identidade resultante de consciência colectiva” (MOURA, 2013 :19) sendo neste contexto que a cidadania requer determinados comportamentos por parte do cidadão, tais como: votar, participar na discussão política dentro da sua esfera social, pertença a movimentos e associações políticas e sociais, exercício de direitos de petição, da participação em manifestações para fazer valer os seus direitos, de entre outros. E importa destacar, como corolário que o conceito de cidadania “(...) *não se pode reduzir ao exercício periódico do voto (...).*” (MARTINS, 2010: 64).

Temos ainda de ter presente os perigos do excesso de participação que suscitaram reacções bem conhecidas em momentos centrais da história: “as revoluções do séc. XVIII suscitaram a ambição da democracia e do poder popular, mas essa ambição não foi satisfeita pelo temor de as massas obterem verdadeiro poder político” (MARTINS, 2004: 145). Neste contexto, a participação política foi tomada como prejudicial para a democracia na medida em que tal como um monarca ou um ditador, o povo faria da participação excessiva um instrumento de opressão.

Alexander Hamilton, no seu discurso sobre o plano para o Governo Nacional (1787) enunciava que os órgãos de carácter representativo, deveriam ser uma barreira ao poder tirano da maioria, pelo que estes devem ter do seu lado a confiança do povo, sacrificando os interesses pessoais em favor dos interesses comuns, controlando o poder da democracia directa.

Mas será que – e agora procurando estabelecer uma analogia com o nosso objecto de estudo e, mais concretamente, como o estudo de caso -, não se revendo no funcionamento da UE, os britânicos (tal como os franceses no séc. XVIII com a monarquia, embora recorrendo a diferentes instrumentos) resolveram “retirar o apoio” ao poder supranacional por falta de confiança resultante de não verem os interesses nacionais salvaguardados?

A cidadania como vimos anteriormente, invoca a questão de cultura e identidade (pertença) a uma determinada comunidade política, aspectos que afetam a sua participação política. No contexto europeu, o professor Vasco Graça Moura (2013), falava em sectores intelectuais e políticos que, a seguir à Segunda Guerra Mundial, procuraram repensar a Europa, considerando que neles existia “(...) *uma consciência de pertença muito activa, norteadas por valores éticos e humanistas, percepções de ordem histórica, civilizacional e cultural, vontade filosófica e política, obedecendo ao imperativo de se assegurar a existência de condições para a paz entre as nações e a afirmação do personalismo e de novos modelos sociais à margem das veleidades totalitárias*” (MOURA, 2013: 11).

No entanto (segundo o mesmo autor), numa União Europeia criada por elites, e num tempo mais recente “(...) *os cidadãos não vivem, nem afectiva nem intelectualmente, uma sua pertença à Europa. Não têm nela uma segunda natureza e só por displicente concessão que obedece às conveniências e contingências de cada momento vêem nela alguma hipótese de cidadania. (...) A atual estrutura política não ajuda a encontrar uma solução satisfatória. O tratado de Lisboa já falhou (...) O presidente da Europa é uma pessoa que não existe como personalidade política e ainda menos existe como símbolo. O presidente do Parlamento Europeu idem, aspas. (...) O Parlamento Europeu perde impacto e importância pela sua dimensão desmesurada (766 deputados), pelos seus regulamentos e tropismos sistematicamente empatativos, pela*

sua obsessão do politicamente correcto e da negociação de entendimentos ínvios, pela confusão viciada em questões políticas e questões técnicas, pelo excesso de competências de que dispõe, pela tribuna de defesa de sucessivos interesses nacionais e contraditórios em que se constituiu, e pelo modelo de funcionamento dos parlamentos nacionais que cada vez mais procura decalcar (...)" (MOURA, 2013:15-18).

Todas estas razões afectam a identidade Europeia não só a nível internacional mas, também, a nível interno, nos pontos que são tangenciais ao sentido de proximidade e pertença dos cidadãos europeus. No entanto, consideramos importante a análise de todo o processo que levou ao Brexit, desde a formação de União Europeia à decisão britânica de avançar com o referendo, de forma a evidenciarmos em como a teoria abordada ao longo deste capítulo se conjuga com as Relações Internacionais.

Página Intencionalmente deixada em branco

II – Cultura Política Democrática nas Relações Internacionais e a União Europeia

A Segunda Guerra Mundial iniciou-se a 1 de setembro de 1939, com a invasão da Polónia pela Alemanha, e terminou a 2 de setembro de 1945, com a rendição do Japão depois do bombardeamento por parte dos Estados Unidos da América das cidades nipónicas de Hiroshima e Nagasaki. Segundo o historiador inglês C. N. Trueman, foi o maior e mais destrutivo conflito da história mundial: contou 55 milhões de mortos em todo o mundo, depois do surgimento de uma ideologia política que procurava a purificação de uma raça, através do genocídio e defendia o expansionismo geográfico através da reivindicação de um espaço vital (*Lebensraum*) por via da violência. Atribui-se comumente culpabilidade máxima aos nazis, que não só foram os precursores do conflito, como também os responsáveis pela grande maioria das vítimas mortais daquele. No entanto, também os aliados cometeram brutalidades não menos penosas ao matarem instantaneamente 120.000 civis com armamento nuclear, com vista ao término do conflito no Pacífico. (TRUEMAN, 2015)

Depois deste conflito mundial, a Europa ficou não só devastada a nível social e económico, como se viu confrontada, também, com a necessidade de terminar com os conflitos em espaço europeu através da cooperação política, buscando assegurar desse modo uma paz duradoura, que permitisse contrariar a repetição dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e que estivessem na sua origem.

Segundo o professor Marc Germanangue, no Congresso de Haia em Maio de 1948, haveria já tendências tanto federalistas como unionistas em relação à forma como seria feita a construção de uma nova Europa que promovesse não só a criação de relações pacíficas entre os Estados, mas também a sua reconstrução.

“Contrariamente aos federalistas, os unionistas mantêm-se ligados aos Estados e recusam reconstruir a Europa através de transferências de soberania dos Estados para um poder supranacional. Quanto muito, admitem intensificar as relações entre os Estados pela cooperação intergovernamental. Devido a essa posição, a construção europeia não emergiu diretamente do Congresso de Haia (...).” (GERMANANGUE, 1997: 73-74).

De acordo com o mesmo autor, em Abril do mesmo ano é criada a primeira forma de cooperação europeia intergovernamental direccionada para a economia - a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) –, e em resposta ao plano Marshall proposto pelos EUA, que visava o desenvolvimento e a reconstrução europeia com o pressuposto de que os países que desejassem beneficiar do mesmo cooperassem entre si, partilhando a ajuda dada pelos americanos.

Também em 1950, Robert Schuman, ministro francês dos negócios estrangeiros, cria uma proposta, que ficaria conhecida como “Declaração Schuman”, e que resultou da disputa existente entre a Alemanha Ocidental e a França pelos recursos naturais férreos e fronteiriços, que teriam uma elevada importância para o desenvolvimento industrial dos dois países.

“(...) A Europa não se fará de um golpe, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto. A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha. (...)” (Declaração de Schuman, 1950).

Segundo dados oficiais da UE, em 1950 surge a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - cujos países fundadores foram a Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Holanda -, com o objetivo de contribuir para o progresso económico através de um mercado comum de carvão e de aço (matérias essenciais à indústria), zelando pelo abastecimento fácil, rápido e barato destes recursos a todos os membros da comunidade, promovendo também a modernização dos meios de produção e o comércio internacional através da livre circulação de produtos. Em 1957 entra em vigor o Tratado de Roma, que dá origem à Comunidade Económica Europeia (CEE) que, em 1972, introduz o Mecanismo das Taxas de Câmbio (MTC) de forma a reduzir flutuações entre os valores das diferentes moedas de forma a haver uma preparação para a possibilidade de introdução de uma moeda única. (European Union, 2018)

Em 1986 é assinado o Acto Único Europeu, estabelecendo o ponto de partida para um programa de seis anos com o objetivo de pôr fim aos problemas associados à livre circulação de produtos entre os Estados levando, como veremos a seguir, à criação do Mercado Único Europeu (GERMANANGUE, 1997).

Ao longo dos anos que se seguiram, a CEE foi aumentando em dimensão e número, até que, em 1993, o Tratado de Maastricht institui a União Europeia com 28 países membros: Alemanha, Holanda, França, Itália, Luxemburgo e Bélgica como países fundadores; Reino Unido, Irlanda e Dinamarca a juntarem-se em 1973, Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986, Suécia, Áustria e Finlândia em 1995, República Checa, Polónia, Malta, Lituânia, Letónia, Hungria, Estónia, Eslovénia. Eslováquia e Chipre juntam-se apenas em 2004, Roménia e Bulgária em 2007 e Croácia em 2013 (*ibidem*, 1997).

Com o Tratado de Maastricht, no pós-desaparecimento da “cortina de ferro”, pretendia-se um aprofundamento, ao invés de um alargamento como acabou por vir a acontecer nos anos subsequentes, tendo sido organizadas conferências intergovernamentais de forma a procurar estabelecer uma união económica e monetária por um lado, e uma união política por outro. O resultado final seria um compromisso entre os países membros acerca do futuro da comunidade europeia (*ibidem*, 1997).

“Há muito tempo considerada como o objectivo último da construção comunitária, a União Europeia entrou em vigor em 1 de Novembro de 1993, no fim do longo e difícil processo de ratificação do Tratado de Maastricht (...)” (GERMANANGUE, 1997: 329).

Desta forma, a União Europeia é suportada por três pilares, sendo que o primeiro é representado pela Comunidade Europeia que, com este Tratado, viu as suas competências alargadas, tendo-lhe sido reconhecido um poder de decisão em alguns domínios (correspondendo sobretudo à União Económica e Monetária - UEM), em conjunto com o Parlamento Europeu. Por outro lado, os outros dois pilares dizem respeito à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e à cooperação ao nível da Justiça e da Política Interna. (*ibidem*, 1997).

Esta construção assente neste três pilares traduzia, já, a resistência por parte das nações à concepção comunitária da União Europeia, procurando-se dar ênfase antes à cooperação intergovernamental devido à preocupação com a possibilidade de enfraquecimento da soberania nacional ao nível da justiça e da política interna. Desta forma aparece o princípio da subsidiariedade:

“(...) O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão

tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos. (...)“ (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, série C, nº 224, 31 de Agosto de 1992).

Apesar de já em 1988 a Comissão Europeia haver proposto, através do Plano Delors, os parâmetros sob os quais iria ser implementada a UEM, foi apenas em Maastricht que os Estados-membros decidiram adoptá-los, definindo uma calendarização e critérios económicos obrigatórios para a sua realização.

“Confortados pelos progressos da Cimeira de Bruxelas, em Fevereiro de 1988, (...) pelos resultados da presidência alemã do Conselho Europeu que fizera mais progressos em seis meses do que os realizados nos dez anos anteriores; pela sua designação para um novo mandato à frente do Executivo da CEE e pelo desafogo da situação financeira da Comunidade, o presidente da comissão, Jacques Delors, fizera na Primavera passada dois rotundos avisos. Primeiro: 80% da legislação mais fundamental para os europeus em matéria monetária, fiscal e económica será, no próximo decénio, de origem comunitária e não nacional. Segundo: as tarefas que a conclusão do Mercado Único implicar criará, a médio prazo, uma qualquer forma de governo comum.” (PIRES, 2008: 17).

Face a estas declarações a posição da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher revelou-se antagónica, acabando por excluir a possibilidade de ratificação do Tratado de Maastricht por parte do Reino Unido, por se considerar que os poderes de cunhar moeda e/ou decisão sobre impostos estariam relacionados com o próprio poder político e o seu exercício sobre uma determinada população ou território. Num dos seus discursos, em 8 de Outubro de 1992, segundo a fundação Margaret Thatcher, a “Dama de Ferro” (nome pelo qual ficou conhecida) afirmava que o seu governo tal como os que lhe precederam, apoiado pelo partido conservador, deveria ter como prioridade a manutenção das liberdades constitucionais, das instituições democráticas, bem como a responsabilidade do Parlamento para com o povo. Desta forma e por acreditar profundamente neste princípios, não poderia apoiar uma ratificação do Tratado de Maastricht, mas sim uma saída da Libra do Mecanismo das Taxas de Câmbio [que haviam sido impostas pela CEE, como vimos anteriormente] (1992).

A posição política de Thatcher tem uma base histórica, cultural e geográfica que a transcende: *“É que a Inglaterra é uma ilha, foi muito tempo o centro do mundo e move-*

se ainda como referência central de uma comunidade de países extra-europeus (Commonwealth). O cisma anglicano foi mesmo uma ruptura com a mesma Roma que dá nome ao Tratado (...). Sobretudo, a Inglaterra não tem e nunca teve uma constituição política escrita, imposta por uma autoridade superior e, portanto, ainda mais difícil será para ela a aceitação de uma tal ordenação, fixada com carácter supranacional e criando um Estado à escala europeia, isto é, um enquadramento que ela própria sempre rejeitou para si, num país onde a Coroa é a única espinha dorsal de toda a construção pública (...)”(PIRES, 2008:19).

Num discurso no *College of Europe*, em Bruxelas, Thatcher expôs a ideia de que os britânicos se orgulham da forma como, desde a Magna Carta (1215), foram pioneiros e desenvolveram instituições representativas observadoras da liberdade. Assim, como se orgulham também do facto de a Grã-Bretanha ter sido ao longo dos séculos um refúgio para o resto da Europa que fugiu da tirania (THATCHER, 1988).

No entanto, e apesar da sua posição claramente antieuropeísta ao longo do processo de integração, não nos podemos esquecer que “(...) em 1984 o Governo inglês aceitou os *Programas Integrados Mediterrâneos (PIM)*, contra os quais se pronunciara e que são o oposto da sua filosofia não-intervencionista de integração; em 1985, em Milão, voltou a aceitar a realização de uma *Conferência Intergovernamental* para avançar no processo de unificação, o que criou um antecedente de poder constituinte por cima do tratado de Roma; em 1986, a sra. Thatcher assinava o *Acto Único Europeu*, que tem por alvo a empreitada a prazo da demolição das fronteiras fiscais, técnicas, monetárias e até policiais da Comunidade, sempre contra o que a Inglaterra antes pretendia; em 1988, aceita o célebre pacote *Delors*, com a duplicação dos fundos estruturais e a política de desenvolvimento orientada que eles comportam, à revelia do melhor fundamentalismo *thatcheriano*.” (PIRES, 2008, 19).

A Conferência Intergovernamental (CIG) de Março de 1996 assumiu ter como objectivo rever o Tratado de Maastricht, dado que se considerou que as instituições que haviam sido previstas para seis Estados fundadores veriam as suas capacidades de decisão e eficácia afetadas face ao aumento do número de países membros da União Europeia pelo crescimento da sua heterogeneidade cultural, e discutir sobre aquilo que, no futuro, a União Europeia deveria ou não ser (GERMANGUE, 1997).

“Porque os obstáculos no caminho da União são consideráveis, a União Europeia poderia passar, nos próximos anos, por evoluções diferenciadas, avançando alguns países mais depressa que outros na via da união. Encarados diversos cenários de integração diferenciada, são: “Europa à lista”, “círculos concêntricos” ou “núcleo duro”. A primeira permite aos Estados membros escolher, entre os assuntos propostos pela União Europeia, aqueles que lhe interessam. A ideia de “círculos concêntricos” propõe a coexistência de níveis de integração diferentes. Por fim, a do “núcleo duro” sugere que um pequeno número de Estados constitua, entre eles, e no quadro da União Europeia, uma união mais restrita que iria mais longe, designadamente em matéria de UEM, de PESC e de política de defesa.” (GERMANANGUE, 1997: 334).

Em concordância com o teórico francês que temos vindo a citar, Vasco Graça Moura, antigo secretário de Estado nos IV e VI Governos provisórios e ex-deputado do Parlamento Europeu afirma que: *“A Europa comunitária deixou de ser, para terceiros, o El Dorado mítico que foi durante muito tempo (...). É verdade que a cultura europeia foi a primeira a pensar-se em termos de solidariedade transmissível e praticável a partir da dignidade e da liberdade humanas tanto quanto de uma série de valores da mais variada ordem, partilhados por todos. Mas a experiência tem mostrado que, na prática, as coisas não são bem o que se esperava e que esse ideal de uma Europa harmoniosamente construída e convergente, quer no desenvolvimento económico sustentado, quer na qualidade de vida dos cidadãos, está a sair tão caro quanto frustrado (...). Por outro lado e na sua grande maioria, os cidadãos não vivem, nem afectiva nem intelectualmente, uma sua pertença à Europa. Não têm nela uma segunda natureza e só por displicente concessão que obedece às conveniências e contingências de cada momento vêm nela alguma hipótese de cidadania (...).” (MOURA, 2013, 15-16).*

De facto, Germanangue afirma: *“(...) Esta União Europeia é uma união inacabada. O Tratado de Maastricht não é uma constituição, mas uma nova etapa no processo de unificação. A União Europeia, por ele instituída, não tem personalidade jurídica, não pode concluir nenhum acordo internacional, e os seus meios financeiros próprios são quase inexistentes.” (1997: 329).*

O Tratado de Amesterdão assinado em 1997 e o Tratado de Nice em 2001 visavam a manutenção funcional da União Europeia face ao seu alargamento, através

de reformas de artigos impostos pelo Tratado de Maastricht e CEE, bem como das próprias instituições da UE (BORCHADRT, 2016).

Por sua vez, identificado o problema democrático de proximidade política da UE, procurou-se através do Tratado de Lisboa, o reforço do poder do único órgão internacional eleito a nível europeu através do sufrágio universal (Parlamento Europeu), a correcção de alguns processos de decisão e votação do Conselho, a instituição de alguns cargos de poder como o de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, mas também o de Presidente do Conselho Europeu, com o objetivo de vincar a liderança europeia, de forma a facilitar tomadas de decisão e aumentar a sua personalidade e identidade como ator no plano das relações internacionais. Foi ainda criado o projeto de iniciativa de cidadania europeia, com o objectivo de proporcionar a todos os cidadãos europeus a capacidade de apresentar uma proposta legislativa à Comissão dentro dos domínios da União Europeia, se apoiada por um mínimo de um milhão de subscritores provenientes de, pelo menos, 7 dos 28 Estados-membros (BORCHARDT, 2016).

Apesar de toda esta edificação e tentativa de correcção da estrutura comunitária europeia comprovou-se (talvez com o *Brexit* como corolário disso mesmo) que “*A atual estrutura política não ajuda a encontrar uma solução satisfatória. O tratado de Lisboa já falhou, como aliás era de prever. O presidente da Europa é uma pessoa que não existe como personalidade política e ainda menos existe como símbolo. O presidente do Parlamento Europeu, idem, aspas. O presidente da Comissão Europeia é o único que tem ainda condições para manter acesa a chama de um forte capital simbólico (...). Por sua vez, a figura do ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-presidente da Comissão, nomeado pelo Conselho, é em si mesma uma aberração e uma distorção dos próprios princípios comunitários, o que prejudica uma projeção sólida da União no mundo (...)*” (MOURA, 2013: 17-18)

O primeiro ministro britânico que sucedeu a Margaret Thatcher foi John Major e ao longo do seu governo (1990-1997) a política britânica para a UE foi, nas palavras do professor Martin Holmes, bipolar. Assim, demonstrou-se pró-europeu quando era necessário assinar ou ratificar algum Tratado e anti-europeu quando era necessário manter o Partido Conservador unido, já que uma grande parte deste último teria sido

fortemente influenciado pelas ideologias de Thatcher. Assim, a sua estratégia de governação seria centrada na coesão do seu partido, pecando por defeito nas questões referentes aos interesses nacionais. (HOLMES, 1997)

Major acreditava ainda que a exclusão britânica (pelo menos temporária) da moeda única poderia prevenir uma cisão mais gravosa dentro do partido conservador. Por isso e ao longo deste processo de constantes atrasos, a sua ambiguidade e bipolaridade tornaram-se cada vez mais evidentes enquanto governou. (HEPPELL, 2007).

O mandato de Tony Blair (1997-2007), apoiado pelo partido trabalhista, foi marcado pelas medidas europeístas, defendendo que fugir do continente europeu do qual os britânicos fazem parte significaria ignorar a história inglesa e a história europeia, sublinhando que as duas estão intimamente interligadas (BLAIR, 1999). Ao longo do seu governo terá ainda sido equacionada a possibilidade do Reino Unido se juntar à moeda única, após uma aprovação através de referendo, se cinco testes económicos (com o objetivo de avaliar o grau de convergência da economia britânica com a europeia) tivessem sucesso.

Estes testes económicos passariam por: 1. Averiguar se a adesão à UEM criava condições favoráveis a investimentos a longo prazo por empresas multinacionais; 2. Se a moeda única afetava positivamente os serviços financeiros do Reino Unido; 3. Se os ciclos económicos britânicos eram compatíveis com os europeus, na medida em que ambos pudessem cooperar mutuamente a longo prazo; 4. Na eventualidade de um problema económico ou financeiro, se a moeda única conseguiria ou não ter flexibilidade para lhe dar resposta; 5. Se a adesão britânica se traduziria de forma geral num aumento de crescimento e estabilidade económica e aumento da empregabilidade (GLOVER, 2000).

Gordon Brown, que lhe sucedeu no governo do Reino Unido (2007-2010), havia ocupado durante o mandato de Blair o cargo de *Chancellor of the Exchequer* (cargo equivalente ao de ministro das finanças). Brown concluiu que não haveria convergência britânico-europeia, já que entrar no euro significaria (segundo ele) trocar a flexibilidade económica pela solidariedade comunitária europeia, pelo que como primeiro ministro não voltou a considerar esta hipótese (WARNER, 2012).

Mas então de que lado estará a razão? Porque será que a UE continua a falhar? Parece haver uma tentativa para ir para além do simples mercado, pelo que segundo Francisco Lucas Pires, estará patente no Tratado de Maastricht um esboço da cidadania europeia, que é alcançada através de uma adaptação da constituição nacional em detrimento de um direito constitucional europeu - *“Assim como os pequenos médios empresários se unem para maximizar os recursos, também os pequenos e médios países europeus têm de o fazer”*, afirmava Lucas Pires numa entrevista para o “Expresso” a 4 de Junho de 1994 por Orlando Raimundo.

Ainda assim, Lucas Pires considera que o contrário também terá de acontecer já que *“A Cultura Europeia é pluralista, mas o pluralismo só, não será desordem dentro de uma unidade maior. É certo que a cultura europeia é dinâmica e renovadora, podendo mesmo criar novos cismas, como o que o forte movimento ecologista parece prenunciar, mas, em princípio trata-se sobretudo de um processo de auto-crítica que se limita a estimular a sua verdadeira permanência e alguns interpretam até sob a divisa latina do non nova sed nove. Fortalecer uma consciência comum não é, aliás, empobrecer o pluralismo e dinamismo da cultura europeia, pois esses são processos intrínsecos a ela própria.”* (PIRES, 2008: 129)

O mesmo autor aponta ainda que ao longo das ratificações de tratados que levou à concepção da União Europeia, não houve uma preocupação com o problema da diversidade cultural através da qual se iria promover a unidade e a consciência comum (ibidem, 2008).

“A preservação da diversidade dos Estados-Nação, das nossas identidades e culturas é, em nosso entender, incontornável, sendo um grande desafio encontrar a melhor maneira de reforçar a democracia de uma união política, que preserve a diversidade de culturas e nações”(SOARES, 2005:421).

Mas então qual será a magnitude desta falta de consciência comum? Que factores afetam o futuro coeso da UE, para as quais esta tem de direccionar a sua acção política? Quais serão os sentimentos, as crenças, os conhecimentos, qual o corolário da cultura política democrática britânica que esteve por detrás destes mesmos factores e que levaram ao Brexit? Será que esta mesma cultura política de ruptura prevalece nos restantes Estados-membros?

Página Intencionalmente deixada em branco

III – Brexit: Estudo de Caso

No Reino Unido e após o primeiro mandato como Primeiro-Ministro britânico (2010-2014), David Cameron é reeleito para cumprir o segundo com a promessa de que seria feito um referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. Apesar de o objectivo ser apenas uma renegociação do estatuto britânico como membro da UE, o resultado foi bem diferente do que seria esperado pelo governo, uma vez que no dia 23 de Junho de 2016 o eleitorado escolheu sair da União Europeia com um resultado de 51.9% a favor, 48,1% contra e 27,8% de abstenção (The Independent, 2016).

No dia 24 de junho de 2016, o mesmo primeiro ministro que promovera o referendo demite-se, deixando claro que sempre fora a favor da permanência britânica na União Europeia e que, por isso, não deveria ser ele, pelas suas palavras, “a guiar a Nação” num rumo com o qual não concordava e no qual não se revia. Já no dia 11 de Julho do mesmo ano, Theresa May é eleita Primeira-Ministra da Grã-Bretanha, assumindo funções no dia 13 do mesmo mês e dando início ao processo de saída da União Europeia como havia sido decidido em referendo (MAY, 2016).

“O Reino Unido, ao ter decidido, enquanto Estado-membro, o abandono da União Europeia, manditou a Primeira-Ministra britânica, Theresa May, a cumprir o disposto no artigo 50º do Tratado de Lisboa, pelo qual um Estado soberano poderá notificar a UE acerca da sua intenção de abandonar a instituição(...)” (CASTELA, 2017: 21).

Mas, o que levou o povo britânico, através de um processo democrático (como vimos anteriormente), a votar maioritariamente a favor da saída da União Europeia? Qual a posição dos países membros e dos seus cidadãos em relação à sua permanência na união europeia? Será que podia ter sido feita alguma coisa ao nível da promoção da cultura política democrática que contrariasse esta tendência de ruptura em relação à construção europeia?

Ao nível da UE e da sua estrutura política democratizada, o órgão que é eleito pelos cidadãos europeus através do sufrágio universal é o Parlamento Europeu.

Desta forma, será o órgão que mais inspirará um sentido de identidade europeia, pelo carácter de proximidade democrática derivada da capacidade de participação dos cidadãos, porque: *“(...)Sem o envolvimento activo dos cidadãos e sem a preocupação*

dos governantes em consultar o povo não existe verdadeira participação política, sendo que o contrário só pode configurar uma pseudodemocracia(...)” (MARTINS, 2004:43).

Como vimos em capítulos anteriores, Larry Diamond acrescenta à participação a cultura política que representa não só um “factor de legitimidade das democracias”, como também uma experiência pessoal dos cidadãos face à sua relação com aquelas, na qual não só participam ou decidem não participar, como também avaliam eles mesmos esta sua participação (1999).

No entanto, é de analisar os dados do Eurobarómetro referentes à participação nestas eleições em paralelo com as participações em eleições nacionais mais próximas, de forma a deduzir conclusões no que toca a deterioração da qualidade da democracia.

Como podemos observar, os países com maior participação ao nível das eleições

Figura 2 – Eleições Nacionais VS Eleições Europeias 2014

Country	National elections										European elections May 2014	National elections		Participation difference European elections - national elections
	2010		2011		2012		2013		2014			2015		
	Date	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout		Date	Turnout	
BE									may-14	89.68%	89.64%			-0.04
BG									oct-14	39.2%	35.84%			-3.36
CZ							oct-13	59.48%			18.20%			-41.28
DK			sept-11	87.7%							56.32%			-31.38
DE							sept-13	71.5%			48.10%			-23.4
EE											36.52%	march-15	64.2%	-27.68
IE			feb-11	69.19%							52.44%			-16.75
EL											59.97%	janv-15	63.87%	-3.9
ES			nov-11	71.69%							43.81%			-27.88
FR					june-12	55.4%					42.43%			-12.97
HR			sept-11	54.32%					feb-13	75.19%	25.24%			-29.08
IT								feb-13	75.19%		57.22%			-17.97
CY			may-11	78.7%							43.97%			-34.73
LV										oct-14	58.85%			-28.61
LT					oct-12	35.91%					47.35%			11.44
LU							oct-13	91.4%			85.55%			-5.85
HU									apr-14	61.24%	28.97%			-32.27
MT							march-12	92.9%			74.80%			-18.1
NL					sept-12	74.57%					37.32%			-37.25
AT							sept-13	74.9%			45.39%			-29.51
PL			oct-11	48.92%							23.83%			-25.09
PT			june-11	58.07%							33.67%			-24.4
RO					dec-12	41.76%					32.44%			-9.32
SI									jul-14	51.73%	24.55%			-27.18
SK					march-12	59.11%					13.05%			-46.06
FI			apr-11	70.5%							39.10%			-31.4
SE									sept-14	85.81%	51.07%			-34.74
UK	may-10	65.1%									35.60%			-29.5
* Turnout of the second round: FR LT														

* Turnout of the second round: FR LT

Fonte - (2014 European Elections Desk Research, 2015)

são a Bélgica (89,64%, c/ voto obrigatório), o Luxemburgo (85,55%, com voto obrigatório) e Malta (74,80%). Com mais do que 50% de participação temos a Grécia (59,97%, com voto obrigatório), a Itália (57,22%), a Dinamarca (56,32%), Irlanda (52,44%) e Suécia (51,07%).

Abaixo dos 50% surgem todos os outros Estados pela seguinte ordem: Alemanha (48,10%), Lituânia (47,35%), Áustria (45,39%), Chipre (43,97%), Espanha (43,81%), França (42,43%), Finlândia (39,10%), Holanda (37,32%), Estónia (36,52%), Bulgária

(35,84%), Reino Unido (35,60%), Portugal (33,67%), Roménia (32,44%), Letónia (30,24%), Hungria (28,97%), Croácia (25,24%), Eslovénia (24,55%), Polónia (23,83%), República Checa (18,20%) e Eslováquia (13,05%).

Além disso, como condicionantes destes resultados temos que considerar o facto de na Bélgica, no Luxemburgo e Grécia o voto ser obrigatório, sendo que no caso belga os não participantes são confrontados com o pagamento de 50 euros se se tratar de um caso isolado e 125 euros em caso de reincidência. No caso Luxemburguês está previsto, do ponto de vista legislativo, a aplicação de multas e até mesmo prisão em caso reincidente, no entanto nenhuma terá sido aplicada desde a década de 1960. O caso Grego não prevê nada do ponto de vista sancional, mas poderá ser dificultada a obtenção de documentos oficiais do Estado como passaporte e carta de condução (The Electoral Commission, 2006).

Na mesma tabela está ainda patente a comparação entre as eleições nacionais e as eleições europeias, sendo esta última em todos os casos inferior à primeira. No entanto, é de salientar os países em que essa diferença será maior, de forma a evidenciarmos a identidade europeia face à identidade nacional, tendo em conta a discrepância ou não de participação, considerando as palavras do ex-deputado do parlamento europeu Vasco Graça Moura que, a este respeito defendia que “(...) a noção de cidadania integra necessariamente um conjunto de representações e de comportamentos (...)”(MOURA, 2013 :19), sendo que estas representações correspondem à pertença a uma determinada comunidade política (estruturada em termos predefinidos) do regular cidadão, que se rege por um sistema de valores e crenças (cultura política) partilhados colectivamente criando um sentido de identidade, por isso a cidadania requer determinados comportamentos por parte do cidadão, como votar, participar na discussão política dentro da sua esfera social, pertença a movimentos e associações políticas e sociais, do exercício de direitos de petição, da participação em manifestações para fazer valer os seus direitos (*ibidem*, 2013).

Assim sendo, os países com maiores discrepâncias entre os valores de participação nas eleições europeias e eleições nacionais serão Eslováquia (-46,06%), República Checa (-41,28%) e Holanda (-37,25%). Os que se lhe seguem por ordem decrescente de discrepância serão a Suécia (-34,74%), Chipre (-34,73%), Hungria (-

32,27%), Finlândia (-31,40%), Dinamarca (-31,38%), Áustria (-29,51%), Reino Unido (-29,50%), Croácia (-29,08%), Letónia (-28,61%), Espanha (-27,88%), Estónia (-27,68%), Eslovénia (-27,18%), Polónia (-25,09%), Portugal (-24,40%), Alemanha (-23,04%), Malta (-18,01%), Itália (-17,97%), Irlanda (-16,75%), França (-12,97%), Roménia (-9,32%), Luxemburgo (-5,85%), Grécia (-3,90%), Bulgária (-3,36%) e Bélgica (-0,04%), sendo que a Lituânia é o único em que a participação em eleições europeias foi superior àquela verificada em eleições nacionais (11,44%). (2014 European Elections Desk Research, 2015)

Ao analisarmos o gráfico referente às eleições de 2009 temos a percepção de que esta discrepância tem vindo a aumentar.

Figura 2 – Eleições Nacionais VS Eleições Europeias 2009

Differences in turnout between the 2009 European elections and the most recent national parliamentary elections												
Country	National elections		European elections June 2009	National elections								Difference in turnout
	2008			2009		2010		2011		2012		
	Date	Turnout	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout	Date	Turnout	
BE			90.39%			Jun-10	89.28%					+1.11
BG			38.99%	Jul-09	60.20%							-21.21
CZ			28.22%			May-10	62.60%					-34.38
DK			59.54%					Sep-11	87.70%			-28.16
DE			43.27%	Sep-09	70.80%							-27.53
EE			43.90%					Mar-11	63.50%			-19.60
IE			58.64%					Feb-11	69.19%			-10.55
EL			52.61%							Jun-12	62.47%	-9.86
ES			44.87%					Nov-11	71.69%			-26.82
FR*			40.63%							Jun-12	55.4%	-14.77
IT	Apr-08	80.51%	65.05%									-15.46
CY			59.40%					May-11	78.70%			-19.30
LT*			20.98%							Oct-12	35.91%	-14.93
LV			53.70%					Sep-11	60.50%			-6.80
LU			90.76%	Jun-09	89.15%							+1.61
HU*			36.31%			Apr-10	64.17%					-7.86
MT	Mar-08	93.30%	78.79%									-14.51
NL			36.75%							Sep-12	74.6%	-37.85
AT	Sep-08	78.81%	45.97%									-32.84
PL			24.53%					Oct-11	48.90%			-24.37
PT			36.77%					Jun-11	58.07%			-21.30
RO	Nov-08	39.20%	27.67%									-11.53
SI			28.37%					Dec-11	65.60%			-37.23
SK			19.64%							Mar-12	59.11%	-39.47
FI			38.60%					Apr-11	70.50%			-31.90
SE			45.53%			Sep-10	84.63%					-39.10
UK			34.70%			May-10	65.10%					-30.40

* In FR, LT and HU: turnout of second round.

Fonte - (2009 European Elections Desk Research, 2012)

Assim, em 2009, as maiores discrepâncias verificaram-se na Eslováquia (39,47%), Suécia (-39,10%) e Holanda (-37,85%). Os que se lhe seguiriam por ordem decrescente seriam a Eslovénia (-37,23%), República Checa (-34,38%), Áustria (-32,84%), Finlândia (-31,90%), Reino Unido (-30,40%), Dinamarca (-28,16%), Alemanha (-27,53%), Espanha (-26,82%), Polónia (-24,37%), Portugal (-21,30%), Bulgária (-21,21%), Estónia (-19,60%), Chipre (-19,30), Itália (-15,46%), Letónia (-14,93%),

França (-14,77%), Malta (-14,51%), Roménia (-11,53%), Irlanda (-10,55%), Grécia (-9,86%), Hungria (-7,86%) e Letónia (-6,80%), sendo que os únicos países em que se verificou discrepância positiva foram na Bélgica (1,11%) e no Luxemburgo (1,61%), ainda que ambos tenham voto de carácter obrigatório.

Desta forma, podemos constatar que a média de discrepância aumentou de 2009 (-21,297%) para 2014 (-22,795%), e já que esta depende de duas variáveis distintas (percentagem de participação nas eleições europeias subtraída da percentagem de participação nas eleições nacionais), é de referir que a abstenção nas eleições europeias tem aumentado desde a sua origem, afirmação que aparece comprovada pelo gráfico abaixo (2014 European Elections Desk Research, 2015).

Segundo o professor Manuel Meirinho Martins *“(...) a participação é um elemento aferidor da cultura política de um determinado sistema político, na qual se destacam um conjunto de valores, sentimentos, informação e capacidades que afectam a conduta dos cidadãos e dos governantes (...)”* (MARTINS, 2010:71), e por isso, não poderemos olhar somente para as diferenças de participação nas eleições europeias e nacionais, nem nos reduzirmos à constatação do aumento da abstenção ao longo da construção da União Europeia.

A 7 de Junho de 2016 (16 dias antes do referendo que teve lugar no Reino Unido), através do Pew

Figura 3 – Participação nas Eleições Europeias

Participation in the European elections									
Member States	1979	1984	1989	1994	1999	2004	2009	2014	Diff. 2009-2014 (2013-2014)
DE	65.73%	56.76%	62.28%	60.02%	45.19%	43%	43.27%	48.10%	+4.83
FR	60.71%	56.72%	48.80%	52.71%	46.76%	42.76%	40.63%	42.43%	+1.8
BE	91.36%	92.09%	90.73%	90.66%	91.05%	90.81%	90.39%	89.64%	-0.75
IT	85.65%	82.47%	81.07%	73.60%	69.76%	71.72%	65.05%	57.22%	-7.83
LU	88.91%	88.79%	87.39%	88.55%	87.27%	91.35%	90.76%	85.55%	-5.21
NL	58.12%	50.88%	47.48%	35.69%	30.02%	39.26%	36.75%	37.32%	+0.57
UK	32.35%	32.57%	36.37%	36.43%	24%	38.52%	34.70%	35.60%	+0.90
IE	63.61%	47.56%	68.28%	43.98%	50.21%	58.58%	58.64%	52.44%	-6.20
DK	47.82%	52.38%	46.17%	52.92%	50.46%	47.89%	59.54%	56.32%	-3.22
EL		80.59%	80.03%	73.18%	70.25%	63.22%	52.61%	59.97%	+7.36
ES			54.71%	59.14%	63.05%	45.14%	44.87%	43.81%	-1.06
PT			51.10%	35.54%	39.93%	38.60%	36.77%	33.67%	-3.10
SE					38.84%	37.85%	45.53%	51.07%	+5.54
AT					49.40%	42.43%	45.97%	45.39%	-0.58
FI					30.14%	39.43%	38.60%	39.10%	+0.50
CZ						28.30%	28.22%	18.20%	-10.02
EE						26.83%	43.90%	36.52%	-7.38
CY						72.50%	59.40%	43.97%	-15.43
LV						41.34%	53.70%	30.24%	-23.46
LT						48.38%	20.98%	47.35%	+26.37
HU						38.50%	36.31%	28.97%	-7.34
MT						82.39%	78.79%	74.80%	-3.99
PL						20.87%	24.53%	23.83%	-0.70
SI						28.35%	28.37%	24.55%	-3.82
SK						16.97%	19.64%	13.05%	-6.59
RO							27.67%	32.44%	+4.77
BG							38.99%	35.84%	-3.15
HR ¹							20.84%	25.24%	+4.40
Total EU	61.99	58.98	58.41	56.67	49.51	45.47	42.97	42.61	-0.36

¹ For Croatia, a comparison was made between the first time the population voted in the European elections in 2013 and the 2014 European elections.

Fonte - (2014 European Elections Desk Research, 2015):

Research Center foi apresentado um estudo acerca das opiniões, motivações e tendências de alguns países membros da União Europeia em relação à organização supranacional a que pertencem. Ao longo deste estudo foram entrevistadas 10491 pessoas entre 4 de Abril e 12 de Maio de 2016, sendo que os 10 países que foram alvo

da investigação foram escolhidos de forma a abranger o mais diverso número possível de cidadãos europeus. Assim, um estudo representativo da opinião da população total da Polónia, Hungria, Itália, Suécia, Holanda, Alemanha, Espanha, Reino Unido, França e Grécia é representativo da opinião de 80% da população europeia. (STOKES, 2016)

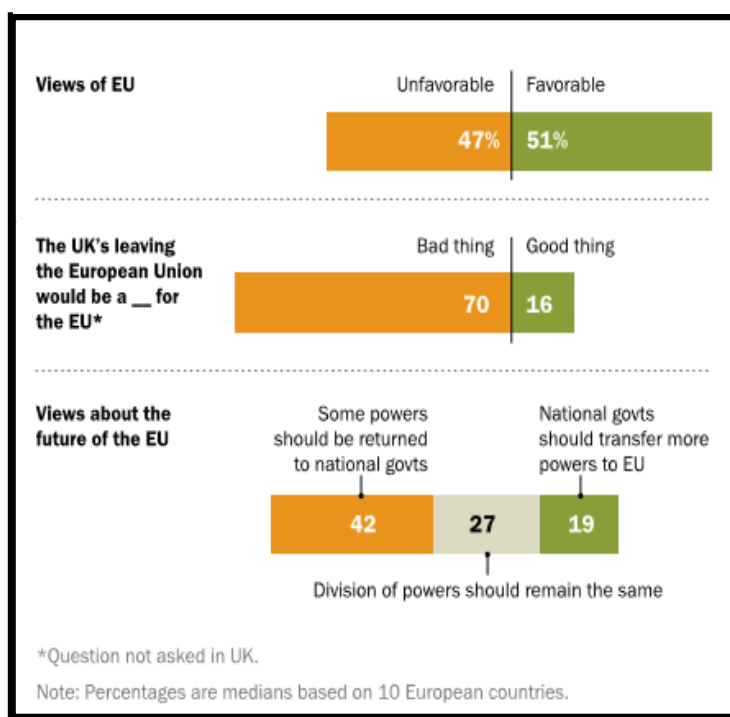
Neste estudo é demonstrado que os britânicos recorreram ao referendo numa altura em que os ideais eurocépticos estavam em proliferação; em que dois terços da população do Reino Unido e da Grécia (em conjunto com algumas minorias de outros países, como veremos a seguir), queriam ver alguns poderes de Bruxelas devolvidos aos governos nacionais. Ainda assim, a maioria dos europeus concordavam que o *Brexit* pudesse afectar a União Europeia (*ibidem*, 2016).

Dos 10 países patentes no estudo, 51% teriam uma visão favorável da União Europeia, enquanto que 42% consideravam que deveriam ser devolvidos alguns poderes ao governo do seu próprio país, e cerca de 19% viam como favorável a transferência de mais poderes soberanos para a União Europeia.

Apenas 27% aceitariam a situação de divisão de poderes atualmente existente.

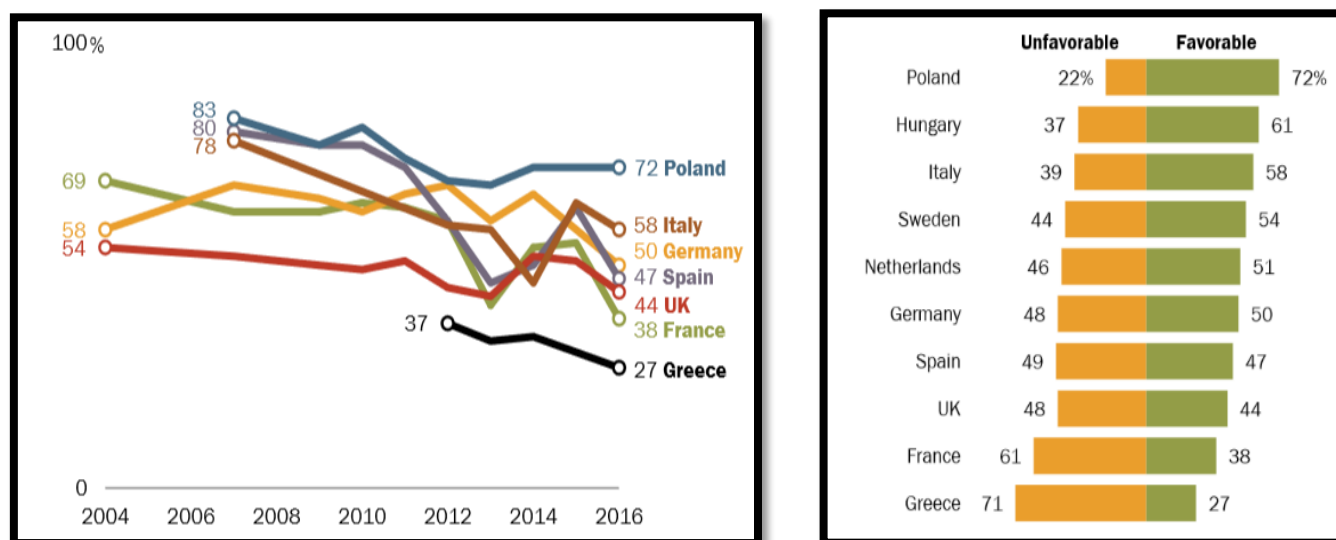
Ainda assim, 70% da população nos nove países estudados que não votaram mais tarde no referendo dia 23 (excluindo, portanto, o Reino Unido), acreditavam que a decisão de saída da Grã-Bretanha seria um resultado mau para a UE.

Figura 4 – Opiniões sobre a UE e possível Brexit



Fonte – (STOKES, 2016)

Figura 5 – Opinião Favorável da União Europeia



Fonte - (STOKES, 2016)

Os britânicos não eram os únicos com dúvidas sobre a permanência na UE, sendo que a descida mais acentuada em relação à opinião favorável sobre a EU se verifica entre 2012 e 2013, encontrando justificação (provavelmente) na crise económica europeia de 2012 (*ibidem*, 2016). E ainda que tenha havido uma ligeira subida em 2014, o apoio ao europeísmo parece ter vindo a descer nos maiores estados-membros. A leste parecia haver um maior apoio – na Polónia com 72% e na Hungria com 61%. Enquanto isso, a Grécia apresentava apenas 27% de apoio europeísta, a França 28%. No entanto, o Reino Unido apresentava um valor de 44%, a Espanha 47%, a Alemanha 50%, a Holanda 51%, a Suécia 54% e a Itália 58%. Assim, os britânicos fariam parte dos três que menos apoiariam a UE relativamente aos dez países abordados no estudo.

Comparativamente com o ano de 2015, em 2016 cinco dos seis países estudados apresentaram uma descida de apoio ao europeísmo – França com queda de 17%, Espanha com 16%, Alemanha com 8%, Reino Unido com 7% e Itália com 6% (ANEXO B1).

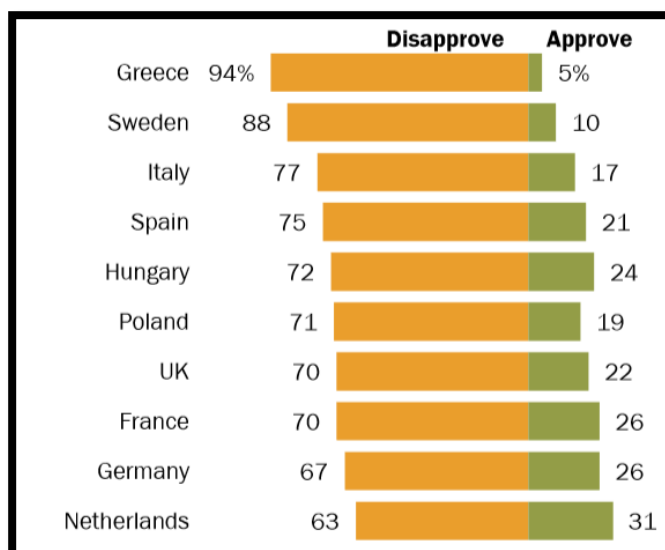
Uma das grandes razões causadoras de distanciamento para com a UE, será a abordagem desta para com o problema dos refugiados. Entre 2015 e 2016 a União Europeia foi confrontada uma grande afluência de refugiados. Mais de um milhão de

pessoas, para fugir à guerra e à situação de instabilidade não só da Síria mas também de outros países do Médio Oriente, procuraram asilo na Europa. (European Comission, 2017) Assim, a EU definiu um conjunto de medidas para lidar com a crise de imigração que incluem não só resolver as causas da crise, como prestar auxílio humanitário tanto dentro como fora da Europa. É dentro das fronteiras que surgem os problemas, já que a recepção e realocização na UE destes estrangeiros, obriga à abertura de fronteiras (ainda que com determinadas regras) por parte dos estados-membros (*ibidem*, 2017).

Em todos os países estudados parecia haver uma reprovação das medidas definidas pela EU neste domínio, com a Grécia a liderar a tabela com 94% de reprovação, Suécia com 88%, Itália com 77%, Espanha com 75%, Hungria com 72%, Polónia com 71%, Reino Unido com 70%, França com 70%, Alemanha com 67% e Holanda com 63%.

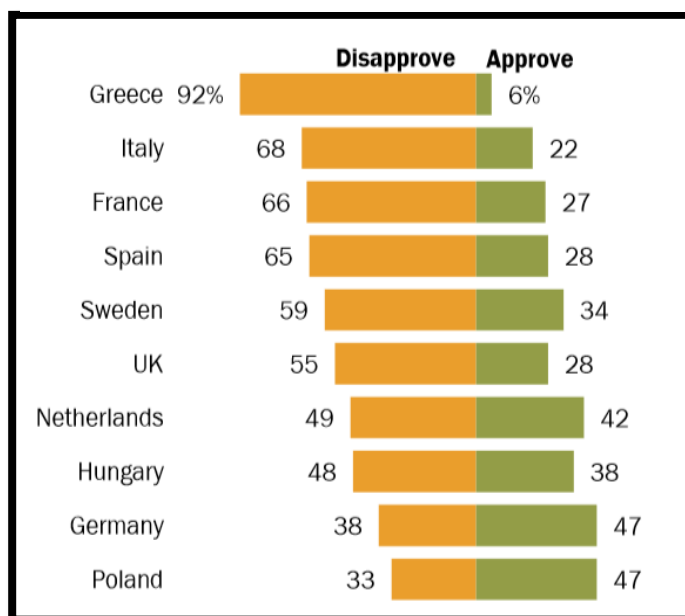
A posição da administração europeia no que toca às questões económicas, será outro motivo de distanciamento dos cidadãos dos Estados-membros para com a organização supranacional - “(...) a

Figura 6 – Opinião sobre resolução europeia sobre os refugiados



Fonte – (STOKES, 2016)

Figura 7 – Opinião sobre a administração económica europeia



Fonte – (STOKES, 2016)

Europa comunitária deixou de ser (...) o El Dorado mítico que foi durante muito tempo (...) (MOURA, 2013: 15).

No que toca a esta questão, 92% dos inquiridos na Grécia reprovaram as medidas europeias, assim como 68% na Itália, 66% em França, 65% em Espanha, 59% na Suécia, 55% no Reino Unido, 49% na Holanda, 48% na Hungria, 38% na Alemanha e 33% na Polónia.

Como vimos anteriormente, em 1957 o Tratado de Roma - que foi o documento fundador do que mais tarde se tornou na União Europeia - previa a instituição dos fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus. (BORCHARDT, 2016)

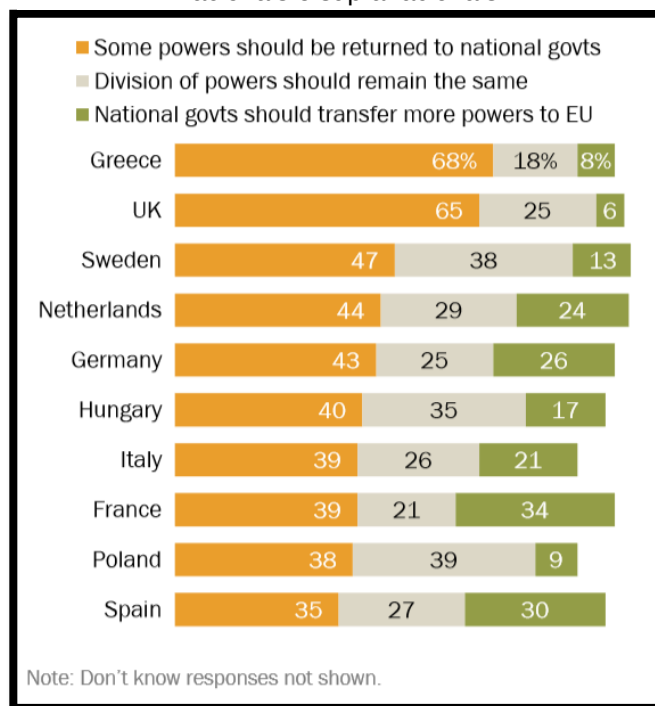
Ainda assim, parece haver ainda algumas discordâncias sobre se o Poder Europeu deverá ser mais ou menos centralizado, e segundo o estudo de Stokes, será esta a raiz principal no problema britânico.

Apesar de a Grécia liderar a tabela com 68% da população a considerar que alguns poderes deveriam regressar aos governos nacionais, o Reino Unido surge logo a seguir na tabela, com 65%. Desta forma, este é o parâmetro que parece indiciar as causas associadas aos maiores índices do descontentamento britânico face à União Europeia.

Do outro lado da balança, e semanas antes do referendo no Reino Unido, apenas 6% da opinião britânica convergiria no ideal fundamental do Tratado de Roma.

No dia 23 de Junho de 2016, com uma participação de 72,2% os britânicos responderam em referendo sobre a sua vontade de permanência ou não na União Europeia. Face a todos os factos que foram sendo apontados ao longo dos anos, a maioria (51,9%) foi favorável à saída da UE (The Electoral Commission, 2016).

Figura 8 – Opinião sobre transferência de poderes nacionais e supranacionais

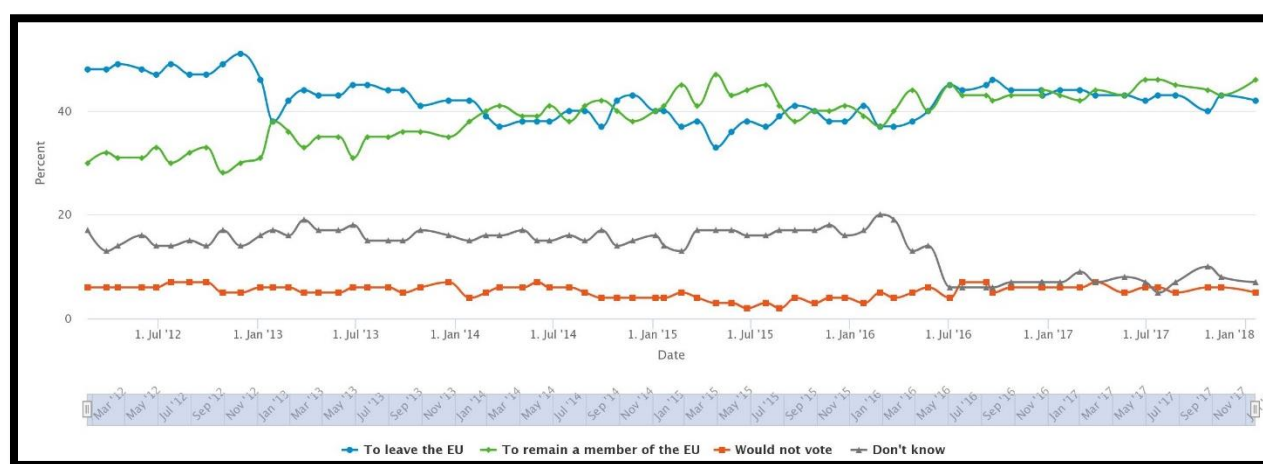


Fonte – (STOKES, 2016)

Na sequência deste resultado, e após a demissão de David Cameron como líder, Theresa May tornou-se a primeira mulher a liderar o Reino Unido em 26 anos, e ainda que houvesse essa possibilidade, recusou sempre a possibilidade de um segundo referendo (The Independent, 2018).

Ainda que não excluíssemos essa possibilidade, ao olharmos para a informação disponibilizada pela organização britânica *NatCen Social Research*, percebemos que apesar de haver uma grande percentagem de eleitores indecisos, o esbater dessa percentagem entre a população votante após o referendo não se traduziu numa vitória clara por parte do europeísmo, pelo que estes se dividiram de uma forma quase equitativa entre europeístas e antieuropeístas (NatCen Social Research, 2018).

Figura 9 – Sondagem de resultado sobre permanência na União Europeia



Fonte – Ibidem, 2018

Ao contrário dos que o precederam, Cameron deu uso ao referendo, método democrático referenciado negativamente por alguns teóricos:

“Devido à sua lógica simplista, bipolarizadora e inapelável, o referendo pode assemelhar-se a uma guerra civil democrática. Daí os medos que inspira quando aplicado a questões políticas essenciais cuja dramatização pode levar à ruptura da própria coesão nacional. Mas daí também a ideia de que ele é o sucedâneo democrático mais perfeito para os transe históricos que no passado teriam feito desembainhar espadas. Alguns terão mesmo pensado que os problemas jugoslavos seriam mais facilmente resolvidos por referendos (...) do que por uma guerra civil, não fora os

respectivos atrasos da cultura democrática e excessos de miscelânea ética.” (PIRES, 2008: 23).

De acordo com o Economist Intelligence Unit (2018), alguns eleitores procuraram a culpa na ignorância e xenofobia dos pró-Brexit, afirmando-os como leigos políticos que haviam sido enganados. Desta forma, alguns oponentes ao Brexit apontam os eleitores e apoiantes dos partidos populistas em geral como a ameaça da democracia dos dias de hoje. No entanto a reacção dos eleitores parece ser, antes, mais um efeito das maleitas da democracia do que uma causa, já que foi em resposta às falhas do sistema económico e político presente que esta se parece ter dado.

Ainda segundo o EIU (2018), a Europa Ocidental inclui 21 países dos quais 17 farão parte da União Europeia (ANEXO B2), enquanto a Europa Oriental abrange os restantes 11 dum universo de 28 países (ANEXO B3).

Figura 10 – Índice de Democracia 2006-2017

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2008	2006
Asia & Australasia	5.63	5.74	5.74	5.70	5.61	5.56	5.51	5.53	5.58	5.44
Eastern Europe	5.40	5.43	5.55	5.58	5.53	5.51	5.50	5.55	5.67	5.76
Latin America	6.26	6.33	6.37	6.36	6.38	6.36	6.35	6.37	6.43	6.37
Middle East & North Africa	3.54	3.56	3.58	3.65	3.68	3.73	3.62	3.43	3.54	3.53
North America	8.56	8.56	8.56	8.59	8.59	8.59	8.59	8.63	8.64	8.64
Western Europe	8.38	8.40	8.42	8.41	8.41	8.44	8.40	8.45	8.61	8.60
Sub-Saharan Africa	4.35	4.37	4.38	4.34	4.36	4.32	4.32	4.23	4.28	4.24
World average	5.48	5.52	5.55	5.55	5.53	5.52	5.49	5.46	5.55	5.52

Fonte - (Economist Intelligence Unit, 2018)

Assim, e em matéria de Índice de Democracia, no ano de 2017 a Europa Ocidental voltou a descer a sua média, pela segunda vez consecutiva, de 8.42, em 2015 para 8.38, em 2017, não conseguindo contrariar uma tendência descendente que se vem verificando desde 2006. Dos 17 estados-membros da UE apenas 11 são classificados como “democracia plena” - por ordem decrescente: Suécia, Dinamarca, Irlanda, Finlândia, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Reino Unido, Áustria, Malta e Espanha. Já como “democracia imperfeita” são classificados, pela mesma ordem, Itália, Portugal, França, Bélgica, Chipre e Grécia (Cfr. ANEXO B2).

O mesmo estudo defende que a qualidade da democracia tem vindo a decrescer na Europa Ocidental resultando num aumento do apoio do eleitorado aos partidos antissistema, tanto à esquerda como à direita, como se viu na França, na Holanda e na

Alemanha, em que se mantiveram partidos radicais fora do poder em 2017 graças ou à representação proporcional ou ao sistema eleitoral a duas voltas. Assim, aponta-se como razões desta deterioração democrática o facto de os governos anteriores não terem conseguido responder aos problemas e preocupações do jovem eleitorado e das classes trabalhadoras, pelo que a continuidade deste cenário poderá gerar mais e maiores sentimentos antissistema, conduzindo a situações em que outros partidos poderão sentir-se tentados a adoptar uma posição menos democrática para conter a proliferação do populismo (Economist Intelligence Unit, 2018).

Tal como no Ocidente, também na Europa Oriental se voltou a verificar um valor de Índice de Democracia inferior ao registado no ano anterior (ainda que pela terceira vez consecutiva), indo de 5.58 em 2014 para 5.40 em 2017. No entanto, os países da UE são os 11 que ocupam o topo da tabela dos 28 países da EU. Da Europa Oriental temos – por ordem decrescente: Estónia, República Checa, Eslovénia, Lituânia, Letónia, Eslováquia, Bulgária, Polónia, Hungria, Croácia e Roménia (ANEXO B3).

Uma fraca cultura política, dificuldades em instituir órgãos com o objetivo de salvaguardar a Constituição e a corrupção continuada são apontadas como os principais obstáculos à democracia na Europa Oriental. (Economist Intelligence Unit, 2018).

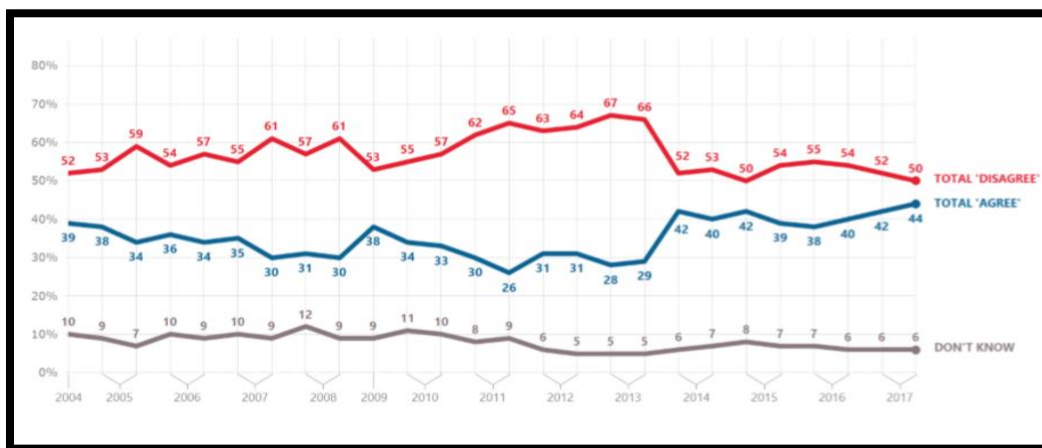
Alguns eventos de relevo foram destacados pelo relatório do EIU para justificar a descida do Índice de Democracia na UE. Com um resultado de 8.08, a Espanha desceu ao limite inferior da classificação de “Democracia Plena” como resultado do facto de o governo nacional ter tentado forçar a falha do referendo catalão sobre a sua independência. Mesmo depois de ter havido uma declaração de independência por parte do governo regional, o governo nacional invocou o artigo 155 da Constituição espanhola forçando a demissão do anterior e reeleição de um novo governo catalão. Alguns dirigentes independentistas foram alvo de acusações criminais e sentenciados a cumprir prisão preventiva. Mas, ainda assim, os partidos apoiantes da separação catalã ganharam as eleições regionais a 21 de Dezembro de 2017 (*ibidem*, 2018).

Também em Malta, o resultado do Índice de Democracia desceu face ao assassinato de Daphne Galizia, blogger que terá levantado questões acerca da corrupção política do poder das autoridades nacionais. Tal como em França, que experienciou uma divisão social e política patente nas eleições de 2017, ainda que a

extrema direita de Marine Le Pen tenha sido derrotada pelo presidente centrista Emmanuel Macron (*ibidem*, 2018).

Complementando a avaliação feita pelo EIU, um estudo da Comissão Europeia – publicado pelo Eurobarómetro – aponta outros dados para melhor evidenciarmos as possíveis falhas da União Europeia.

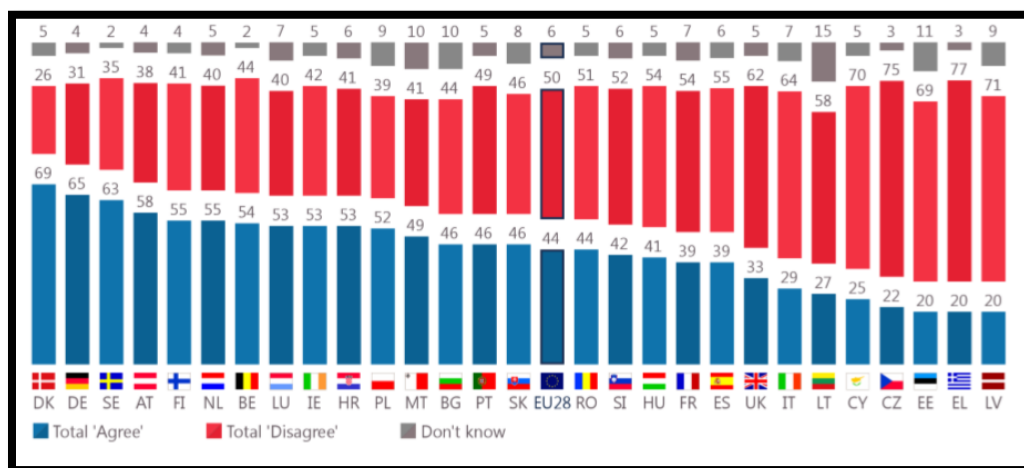
Figura 11 – “A minha voz conta na União Europeia” (%-EU)



Fonte – (European Commission, 2018)

Ainda que tenhamos chegado em 2017 a um recorde de concordância europeia em relação à existência de uma voz por parte cidadãos com valor participativo, não podemos deixar de observar que no início de 2016, nas “vésperas” do referendo no Reino Unido, apenas 38% dos europeus envolvidos no estudado estariam satisfeitos com a proximidade e participação política na UE.

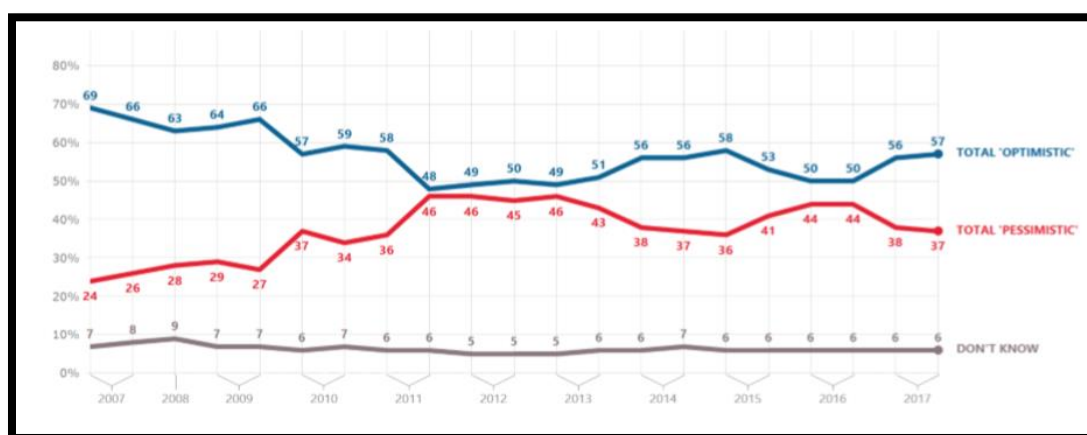
Figura 12 – “A minha voz conta na União Europeia” (%-por país)



Fonte – (European Commission, 2017)

Ainda que a maioria discorde que a sua voz tenha expressão na União Europeia, é de salientar que o Reino Unido compreende um dos valores fora da média com 62% a discordar completamente e apenas 33% de concordância. Em 2016, antes do referendo de Junho de 2016, os resultados não terão sido muito diferentes, com 59% de discordância e 35% concordantes com a situação descrita no estudo.

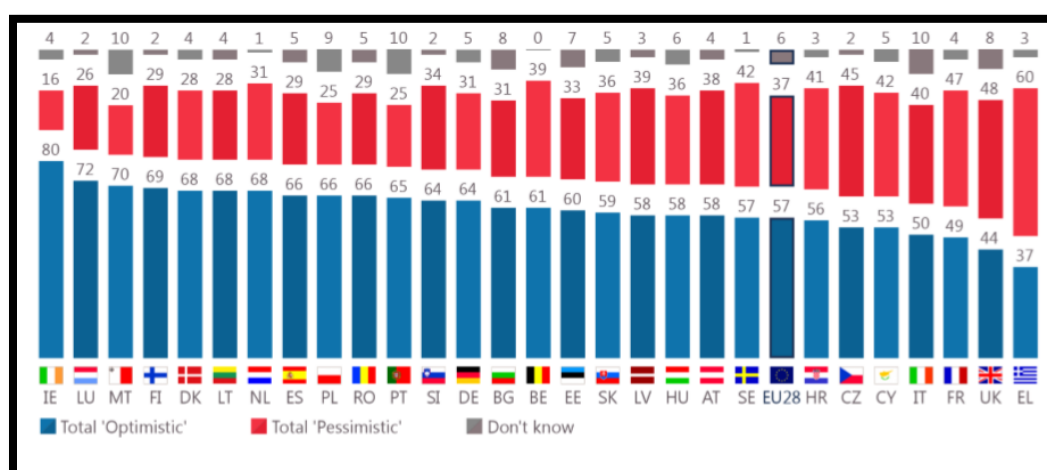
Figura 13 – Optimismo/Pessimismo sobre futuro da Europa(%)



Fonte – (European Commission, 2017)

Por sua vez, quando falamos de pessimismo ou optimismo em relação ao futuro da UE, parece haver alguma relação prática entre estes resultados e aqueles outros sobre a participação, que acima descrevemos. Desta forma, ainda que tenhamos, em 2017, assistido a um aumento do optimismo e redução do pessimismo, no ano de 2016 verificámos valores de optimismo na ordem dos 50% *versus* 44% de pessimismo.

Figura 14 – Optimismo/Pessimismo sobre futuro da Europa(%)



Fonte – (European Commission, 2017)

Ao fazer a distinção por estados-membros voltamos a aperceber-nos que os que apresentam valores mais baixos de optimismo são o Reino Unido com 44% e a Grécia com 37%. Ao compararmos com os valores de 2016, os britânicos já teriam tido 44% de optimismo, no entanto o pessimismo teria sido 2% mais baixo, com 46%, pelo que os dados de 2017 não representam uma grande mudança face ao ano do referendo (2016).

Assim, o Reino Unido parece manter a mesma postura de cisão para com a União Europeia, não se verificando uma melhoria significativa nos resultados apresentados pelo estudo da Comissão Europeia e que vai ao encontro dos resultados da sondagem sobre a permanência britânica na União Europeia feita pela NatCen Social Research.

Ao correlacionarmos a informação com os dados de Stokes de 2016, os motivos de maior descontentamento para com a UE por parte da Grã-Bretanha parecem ser a política de resolução europeia para com os refugiados (com 70% contra e 22% a favor), a divisão entre poderes nacionais e supranacionais (com 65% a quererem uma devolução de parte destes poderes ao governo nacional) e a administração económica europeia (com 55% contra e 28% a favor).

Em capítulos anteriores vimos que a cultura política democrática *“é um saber interiorizado, intuitivo, orgânico, hierarquizado e disponível para todas as situações do dia-a-dia. Gestos, atitudes, formas de comportamento, juízos de valor, tudo consta deste código que nos fornece respostas já elaboradas e imediatas. É mais que uma lei social que, ao longo dos séculos, foi sendo elaborada e cimentada no seio da comunidade, aceite por todos. Pela vontade de todos. A Cultura contém a vontade colectiva. Por isso ela contém a verdade da comunidade a que pertence e, por tudo isso, ela não é apenas a matriz mais estrutural do poder; é a essência do Poder...”* (ALMEIDA, 1994: 225)

Assim, todos estes dados estatísticos que temos vindo a apresentar deverão ser tomados em conta, de forma a percebemos qual a mutabilidade face à conjuntura da cultura política do coletivo, de forma a haver uma resposta mais eficaz aos problemas da UE como os refugiados, o equilíbrio de poderes nacionais e supranacionais e a administração económica europeia - *“Por vezes o poder tem uma noção folclórica da Cultura e comete desvios que o tempo acaba por corrigir mas que, entretanto forçam valores e comportamentos...”* dando o exemplo da Europa que *“(...) não é uma empresa nacional. É um espaço de culturas e deve ser construída assumindo as suas*

diversidades: contém sentidos épicos que se deixam influenciar pela ciência, pelos aspectos pragmáticos da vida, pela lógica (...). Todos os sentidos devem coabitar (...)” (ALMEIDA, 1994: 230).

As circunstâncias de instabilidade em que se encontra o mundo e em particular a Europa, deram origem ao surgimento de políticas de ruptura como o referendo britânico (Freedom House, 2017).

Por sua vez, os referendos representam também uma redução da democracia representativa à decisão da maioria. Assim, são invocados quando há uma barreira constitucional ou os governantes falham em alcançar o consenso, o que pode causar divisão popular grave e uma queda na legitimidade governo que não conseguiu resolver o problema. Desta forma e em concordância com o EIU, verifica-se uma queda da qualidade da democracia Europeia, que falha em dar resposta aos seus problemas (*ibidem*, 2017).

“A União Europeia conhece bem os efeitos do desinteresse dos povos, ou seja, da indiferença dos cidadãos pelas temáticas que transcendem o âmbito estatal. Neste sentido ser-lhe-à útil (...) participar na regulação global das problemáticas globais, promovendo uma maior informação e participação activa dos cidadãos comunitários na política externa europeia e, através dela, na vida pública mundial (...). O papel da União Europeia no sistema das relações internacionais do século XXI, será potenciar a vocação inovadora do próprio sistema, estimulando a sua gradual transformação homeorética. A acção normativa da política externa europeia, baseada no respeito pelos valores básicos que constituíram a génese da própria integração europeia, e no recurso a soluções multilaterais, tornará cada vez mais importante, quer perante a comunidade internacional, quer perante a sociedade civil europeia, a articulação entre a realidade da construção europeia e o sistema global do século XXI” (FERREIRA, 2005:382).

Conclusões e Sugestões para o Futuro

A Cultura Política Democrática é um factor essencial nas democracias representativas dos dias de hoje, não só ao nível da sua proliferação ao nível do eleitorado, como ao seu reconhecimento por parte dos profissionais da política. Assim é considerado que o crescimento da abstenção, da apatia política, bem como as razões que as provocam devem ser endereçadas de forma a lutar pelo edifício da democracia representativa nacional e da EU.

A sociedade da comunidade europeia possui uma diversidade significativa de cultura política [democrática] que deve ser tida em conta face à identificação e resolução de problemas por parte da EU, bem como o estabelecimento de objetivos ao nível da sua construção que deve zelar por interesses que ao invés de serem somados entre os vários Estados, são consensuais e comuns entre estes. O aumento do número de Estados-membros na organização supranacional colocou alguns problemas [sociais, políticos e económicos] que não foram ainda resolvidos no âmbito desta mesma cultura política [democrática].

Para provar a decadência desta cultura política [democrática] e consequente degradação da qualidade da democracia, fizemos um estudo de caso que teria como objeto de estudo primário o fenómeno do Brexit, analisando como teria, na Europa ao longo dos anos, evoluído a opinião europeísta e antieuropeísta, as razões principais desta evolução e o crescimento dos níveis de abstenção no que toca a eleições europeias.

Segundo os estudos do EIU e da Freedom House, estes problemas geraram uma reacção relacionada com o surgimento de políticas de ruptura como a tentativa de declaração da independência catalã, o caso da França, Holanda e Alemanha, em que se mantiveram partidos radicais fora do poder em 2017 graças ou à representação proporcional ou ao sistema eleitoral a duas voltas e até mesmo o crescimento do antieuropeísmo britânico que aumentou consideravelmente em 2011-2013 face à recessão económica europeia. Por consequência acções políticas menos democráticas, como referendo para o Brexit e o aumento da abstenção afectaram a qualidade da

democracia, no caso inglês, dada a redução da democracia representativa ao governo pela maioria.

Assim, depois de todo o trabalho elaborado ao longo dos três últimos capítulos, e analisando-o minuciosamente, parecem estar reunidas as condições necessárias para responder à pergunta de partida e respectivas perguntas derivadas, tal como validar ou refutar as hipóteses formuladas inicialmente.

Toda a investigação desta dissertação de mestrado foi desenvolvida com o objetivo primário de responder à seguinte pergunta de partida:

Qual a importância da cultura política democrática nas Relações Internacionais?

Como foi sendo analisado no capítulo 1 e complementado pela Revisão da Literatura, a cultura política [democrática] designa motivações e atitudes por parte do cidadão que são dirigidas ao sistema político seja ele nacional ou supranacional; motivações estas que respeitam um conjunto de crenças, valores e conhecimentos adquiridos por cada indivíduo.

Desta forma, a cultura política democrática indicia que a eficácia política, a participação e a informação são factores interrelacionados e que condicionam a qualidade da democracia. Tal como qualquer sistema internacional, a EU é uma organização sob o qual interagem entre si vários Estados.

Nos dias de hoje não existe o mesmo sentimento de pertença que haveria após a Segunda Guerra Mundial, quando existia uma cultura política de construção comunitária europeia proporcionada não só por valores éticos e humanistas, mas também pela manutenção da paz entre os Estados europeus. Esta desmotivação justifica-se pela ineficácia política e económica que a Europa de 28 Estados-membros tem vindo a demonstrar.

Então, a promoção desta Cultura Política Democrática é fundamental para as Relações Internacionais na Europa, para ser possível a manutenção da coesão e identidade de uma UE.

A primeira pergunta derivada vem acrescentar dimensão à cultura política democrática sob a seguinte forma:

Qual o status quo da cultura política Democrática nas Relações Internacionais do século XXI?

Ao longo do capítulo 2 foi analisada a cultura política nas Relações Internacionais, utilizando a realidade particular da UE, desta forma fez-se uma abordagem histórico-evolutiva de forma a contextualizá-la no tempo e no espaço, com objetivo de chegarmos ao Estudo de Caso no capítulo 3.

A cultura política [democrática], sendo um conceito mutável face às conjunturas geracionais, foi muito afetada pela Segunda Guerra Mundial, procurando-se, após este conflito, a reconstrução de um espaço europeu objetivando a cooperação política e a paz duradoura entre os Estados. Já no século XXI tem se vindo a assistir a uma perda de identidade europeia [tal como visto na resposta à pergunta de partida].

Esta falta de sentimento de proximidade justifica-se por haver a crença por parte dos eleitores de que a UE é fruto de uma construção feita por elites e que os seus resultados não foram demonstrativos de eficácia política ou económica.

Desta forma, houve um crescimento dos ideais antieuropeístas e uma proliferação do protagonismo do populismo e dos partidos tanto de extrema-direita como de extrema-esquerda, segundo o EIU e a Freedom House.

Em reação ao cenário descrito e perante fenómenos como o Brexit, as elites tendem a culpar a suposta ignorância das massas em face desta atribuição de protagonismo a estes partidos, identificando-a como o principal inimigo da democracia.

Depois de abordarmos as causas para esta cultura política de ruptura no capítulo 3, comprovando o seu status quo, concluímos que a cultura contém a vontade coletiva, e que a UE é um espaço onde atuam no âmbito das Relações Internacionais vários Estados com culturas muito distintas. Neste contexto, a conjugação destas várias culturas políticas aquando do endereçamento das várias problemáticas europeias é nuclear para a coesão da UE e para evitar mais desagregação no seio desta organização no Futuro.

A segunda pergunta derivada vem particularizar o nosso estudo com enfoque no Reino Unido que, devido ao Brexit, poderia ou não representar a manifestação prática de tudo o que se veio a defender do ponto de vista teórico até ao capítulo 3.

Que leitura se pode fazer do Brexit no contexto da Cultura Política Democrática?

O Brexit representa a prova de que é necessário promover um sentimento de pertença nos cidadãos europeus, não só através da resolução dos problemas descritos no capítulo 3, como também promovendo a sua maior informação e participação.

Só assim poderemos falar de uma União Europeia que vai para lá dos acordos políticos e comerciais e que possui uma cultura política democrática partilhada, com base num sentido de “consciência comum”.

Desta forma, a demonstração da primeira hipótese - “O Brexit pode ser considerado um estudo de caso demonstrativo da existência de uma cultura política democrática forte no Reino Unido” -, parece ser imediata.

A sua localização geográfica e a base histórica, social e cultural (como vimos ao longo do capítulo 2), colocaram a Inglaterra numa posição de ruptura desde a tentativa de implementar a UEM, conforme resultou da análise aos discursos de Thatcher.

Este sentimento anti-europeísta parece ter ganho força ao longo dos anos face às lacunas na UE e ao aproveitamento destas mesmas por parte do Partido Conservador inglês nos meios de comunicação social, como parece ter acontecido com Nigel Farage e o famoso autocarro que publicitava as 350 milhões de libras [afectos ao orçamento da UE] que seriam “devolvidos” ao sistema nacional de saúde se os eleitores votassem “Sim” no referendo de Junho de 2016.

Valida-se parcialmente a primeira hipótese, acrescentando que se trata de uma cultura política democrática de ruptura, que reagiu de forma mais rápida face ao sistema anterior que o resto da UE e evitando o juízo de valor quanto à sua dimensão. Consideram-se, ainda, respondidas as perguntas coadjuvantes na introdução - “Porque é que o Reino Unido (RU) votou “Yes” no referendo? De que modo é que esta decisão pode ser articulada com as questões que envolvem a cultura política [democrática]?”.

Já na segunda hipótese “O Brexit é demonstrativo de uma forte cultura política democrática que serve de sustentáculo a toda a arquitectura política e institucional da União Europeia em geral e das suas instituições e agências em particular.” vem-se a provar precisamente o contrário, pelos resultados que se foi obtendo no capítulo anterior.

Tem-se verificado nos últimos anos na UE a deterioração da qualidade da democracia, denotado pelos problemas que fomos vendo anteriormente nesta conclusão e no capítulo 3, como a administração económica europeia, a divisão entre poderes nacionais e supranacionais e a resolução europeia no que diz respeito aos refugiados que resultou num desinteresse e num afastamento político generalizado nos assuntos da UE, que se prova pelos aumentos nas taxas de abstenção e no crescimento do número de apoiantes dos partidos antissistema nas últimas eleições nacionais um pouco por toda a Europa.

O recurso ao método do referendo e a redução da democracia representativa à decisão da maioria traduz a incapacidade do governo inglês de conjugar os ideais europeístas e antieuropeístas, acentuando as divisões sociais e agravando a problemática da cultura política democrática.

Tendo em conta as duas últimas hipóteses e a pergunta exposta na introdução - “Será o Brexit uma demonstração de cultura política democrática por parte do Reino Unido ou será ao mesmo tempo a prova da falta de cultura política europeia?” -, parece haver um elo de ligação entre estas duas realidades que aqui se apresentam. Por um lado, testou-se a hipótese de existir uma forte Cultura Política [Democrática] britânica - dada a sua história e localização geográfica (como vimos anteriormente) - e por outro, a falta de Cultura Política [Democrática] da UE – que parece ter agravado a primeira hipótese apresentada, já que o descontentamento inglês foi aumentando com as sucessivas demonstrações de ineficácia da União.

Assim e em face da terceira hipótese formulada - “O Brexit é demonstrativo de que são necessárias reformas no âmbito da UE enquanto organização supranacional e nos Estados que a integram para que seja possível mitigar fenómenos centrífugos em matéria de construção europeia.” -, conclui-se que a União Europeia terá que apostar em trabalhar a sua Cultura Política Democrática de forma a ser possível a conjugação dos dois ideais, ainda que pareçam antagónicos. O antieuropeísmo não deve ser visto como causa de ruptura, mas antes como motivo de consolidação e negociação para se chegar a um consenso democrático da construção europeia tal como vimos no enquadramento ontológico, em que John Rawls ao tratar da cultura política democrática explica que esta *“impõe aos cidadãos o dever de explicarem uns aos outros o modo como os princípios e*

as políticas que advogam e votam se fundamentam nos valores políticos da razão pública, (...) a predisposição para se ouvir a argumentação dos outros e um espírito de lealdade e equidade na deliberação sobre os ajustamentos a fazer de modo a acolherem as suas perspectivas (...)" (1971: 217).

A professora Maria João Militão Ferreira considera que *"a optimização da eficácia da política externa europeia depende, acima de tudo, da vontade política dos estados-membros. É ao nível nacional que as vantagens de trabalhar em conjunto e em harmonia devem ser apercebidas. Isto exige uma nova consciencialização sobre as vantagens dos ganhos absolutos, e uma redefinição dos conceitos estratégicos nacionais. A dificuldade reside em conciliar a europeização das políticas externas dos estados-membros, com a especificidade geopolítica dos mesmos. (...). Verifica-se uma necessidade urgente de consensualização sobre os interesses comuns da União. Só depois (...) é que a sua política externa poderá adquirir uma dinâmica proativa. (...). Terá que ser feito um esforço de convergência diplomática que implicará cedências. (...). Finalmente, o alargamento virá complexificar as questões anteriormente referidas. Na verdade, a adesão dos novos pequenos e médios estados, pode vir a desencorajar os grandes estados de coordenarem as suas posições no âmbito da PESC (...) uma maior heterogeneidade geopolítica ao nível dos estados-membros, tornará também mais difícil a sua consensualização sobre os interesses comum da União"* (ibidem, 2005: 369-370). Desta forma, as nossas conclusões parecem confirmar a persistência daquelas que já anteriormente haviam sido apontadas pela referida professora.

Por outro lado, e de acordo com o que vimos no capítulo 2, Germanangue (1997) defende que uma das opções de resolução desta problemática, seria diferenciar a evolução no quadro dos Estados-membros da EU (dada a sua dimensão e heterogeneidade), tendo em conta três cenários distintos: *"Europa à lista, círculos concêntricos ou núcleo duro. A primeira permite aos Estados membros escolher, entre os assuntos propostos pela União Europeia, aqueles que lhe interessam. A ideia de "círculos concêntricos" propõe a coexistência de níveis de integração diferentes. Por fim, a do "núcleo duro" sugere que um pequeno número de Estados constitua, entre eles, e no quadro da União Europeia, uma união mais restrita que iria mais longe,*

designadamente em matéria de UEM, de PESC e de política de defesa.” (ibidem, 1997: 334).

Assim, equacionar a reorganização da UE de forma a permitir o desenvolvimento mútuo e saudável para que no futuro a mesma possa ser legitimada e para que se possa falar de uma identidade europeia que prima pela cultura política democrática, poderá ser uma via a seguir.

“Porque não tenhamos dúvidas: a União existe para servir os cidadãos, devendo responder claramente aos seus anseios e preocupações. Muito do descontentamento dos cidadãos em relação à UE tem que ver com a incapacidade dos governos dos Estados-membros de responderem, com eficácia, aos problemas que os preocupam na vida quotidiana, tais como o desemprego, a imigração ou a insegurança, mas também aos medos de uma UE alargada ou da perda de soberania” (SOARES, 2005: 424), desta forma o processo de integração não pode ser desvirtuado das questões de cidadania, democracia e cultura política democrática.

Sugestões para o Futuro

Para além do que se foi expondo ao longo da Conclusão, é importante referir que esta investigação não é imutável face à volatilidade das Relações Internacionais e em particular da UE.

Desta forma, o olhar crítico e analítico perante esta temática e face às suas alterações no tempo deverá ser permanente, não só por parte dos cidadãos da União como da própria organização supranacional – UE.

Apresentamos, assim algumas sugestões e propostas de investigação futuras, que achámos pertinentes ao longo deste trabalho:

- Voto compulsivo: De que forma as democracias na UE divergem e como pode o voto compulsivo afetar (ainda mais) a divergência nas Culturas Políticas [Democráticas] da União.
- Queda do Império Romano e construção europeia: o que se pode aprender com a história mundial no âmbito das Relações Internacionais?

Através destas investigações acreditamos que será adicionado mais conhecimento à Ciência acerca da Cultura Política Democrática, contextualizada nas Relações Internacionais, mais concretamente na União Europeia.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Políbio (1994) – *Ensaio de Geopolítica*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney (1963) – *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton University Press, California

BACALHAU, Mário (1994) - *Atitudes, opiniões e comportamentos políticos dos portugueses:1973-1993*, ed. Mário Bacalhau, Lisboa

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2001) – *A Fórmula do Poder: Elites, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2014) – *A Matriz do Poder: Uma Visão Analítica da Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*, Ed.MGI, Lisboa

BARBER, Benjamin (1984) – *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*, University of California Press, Berkeley

BESSA, António Marques (1997) – *O Trabalho das Ideias*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

BESSA, António Marques e PINTO, Jaime Nogueira (2002) - *Introdução à política*, Vol III, Ed. Verbo, Lisboa

CASTELA, Jorge (2017) - *O Efeito Trump e o Brexit*, ed. VidaEconómica, Lisboa

CARMO, Hermano e FERREIRA, Malheiro (1998) – *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa

DAHL, Robert (1961) – *Who Governs?: Democracy and Power in an American City*, Yale University Press, New Haven and London

DIAMOND, Larry (1999) – *Developing Democracy Toward Consolidation*, The John Hopkins University Press, Baltimore

FEIJÓ, Rui Graça (2017) – *Democracia. Linhagens & Configurações de um Conceito Impuro*, Ed. Afrontamento, Porto

FERREIA, Maria João Militão (2005), *A Política Externa Europeia: Uma reflexão sobre a União Europeia como actor internacional*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

FUKUYAMA, Francis (1992) – *The End of History and the Last Man*, Ed. Gradiva, Lisboa

GIBBON, Edward (2013) – *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, Delmarva Publications, USA

GERMANANGUE, Marc (1997) – *Dicionário das Relações Internacionais: Construção Europeia [73-81]; União Europeia [329-334]*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa

GRAWITZ, Madeleine (1993) – *Méthodes de Sciences Sociales*, Dalloz, Paris

HAMILTON, Alexander (1787) – Discurso sobre o plano para o Governo Nacional, 18 de Junho, *The Anti-Federalist Papers*, pp 75-79

HEPPELL, Timothy (2007) - *Weak and Ineffective?: Reassessing the Party Political Leadership of John Major*, Blackwell Publishing, Oxford

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg (2010) – *Introduction to International Relations: Theories & Approaches*, Ed. Oxford University Press, Oxford

LANCELOT, Alain (1974) – *As Atitudes Políticas*, Ed. Bertrand, Lisboa

LOURENÇO, Frederico (2017) – *Antigo Testamento: Os livros proféticos*, Ed. Quetzal, Lisboa

MALTEZ, José Adelino (1996) – *Princípios de Ciência Política: Introdução à Teoria Política*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

MAQUIAVEL, Nicolau (2015) – *O Príncipe*, Ed. Bertrand, Lisboa

MARTINS, Manuel Meirinho (2004) – *Participação Política e Democracia: O Caso Português (1976-2000)*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

MARTINS, Manuel Meirinho (2008) – *Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat (1899) - *The Spirit of Laws*, The Colonial Press, Nova Iorque

MOREIRA, Adriano (1979) - *Ciência Política*, Ed. Bertrand, Lisboa.

MORUS, Thomas (2015) – *Utopia*, Ed. Wisehouse Classics, Sweden

MOURA, Vasco Graça (2013) – *A Identidade Cultural Europeia*, Ed. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

MULLER, Jan-Werner (2016) – *What is Populism?*, Texto Editores, Alfragide

NUNES, Isabel Ferreira (2017), IDN: Nação e Defesa - Brexit: O Referendo Britânico e a Segurança e Defesa Europeia 112-128, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa

PIRES, Francisco Lucas (2008) – *A Revolução Europeia*, Ed. Parlamento Europeu, Lisboa.

PLATÃO (2014) - *A República*, Ed. Fundação Calouste Glubekian, Lisboa.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008)- *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Ed. Gradiva, Lisboa.

RAWLS, John (1971) - *A Theory of Justice*, Ed. Oxford, New York

SAMPIERI, Roberto (2013) – *Metodologia da Investigação*, McGraw Hill, London

SCHUMAN, Robert - Declaração de Schuman, 1950

Jornal Oficial das Comunidades Europeias, série C, nº 224, 31 de Agosto de 1992

SOARES, Andreia Mendes (2005) – *União Europeia: que modelo político?*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa

TEIXEIRA, Maria da Conceição Pequito (2000) – *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.

TUCÍDIDES (2008) – *História da Guerra do Peloponeso*, Ed. Sílabo, Lisboa.

VILELAS, José (2009) – *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*, Ed. Sílabo, Lisboa

VARGAS, Carlos (2012) – *Cultura Política e Práticas de Cultura*, Ed. Fonte da Palavra, Lisboa

WALTZ, Kenneth (1999) - *Globalization and Governance*, Ed. Gradiva, Lisboa.

WENDT, Alexander (1995) – *Constructing International Politics*, *International Security*, 20 de Janeiro: 71-81.

Artigos Online:

European Election Desk Research (2012) - *Abstention and voting behaviour in the 2009 European elections* [Consult. 16 FEV 2018] available online in: <http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2012/research/EN.pdf>

European Election Desk Research (2015) - *Profile of voters and abstainees in the European elections 2014* [Consult. 16 FEV 2018] available online in: http://www.europarl.europa.eu/pdf/eurobarometre/2015/postee2014/rapport_comportement_electoral_ee2014_en.pdf

Comissão Eleitoral de Eleições (2007) – *Resultados Eleitorais* [Consult. 19 OUT 2017] available online in: <http://eleicoes.cne.pt/>

BORCHARDT, Klaus-Dieter (2016) – *O ABC do direito da União Europeia* [Consult. 10 FEV 2018] available online in: http://publications.europa.eu/resource/cellar/5d4f8cde-de25-11e7-a506-01aa75ed71a1.0015.04/DOC_2

BLAIR, T. (1999) - *Speech on Britain in Europe*, 14 October. [Consult. 23 FEV 2018] available online in: <http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20041011232658/http://pm.gov.uk/output/page1461.asp>

DELWIT, Pascal (2013) - *The End of Voters in Europe? Electoral Turnout in Europe since WWII*. [Consult. 2 FEV 2018] available online in: http://file.scirp.org/pdf/OJPS_2013012915482962.pdf

FERGUSON, Niall (2015) - *Like the Roman empire, Europe has let its defences crumble*, The Times, 15 de Novembro [Consult. 28 ABR 2018] available online in: <https://www.thetimes.co.uk/article/like-the-roman-empire-europe-has-let-its-defences-crumble-klw92p2wqf7>

Freedom House (2017) – *Freedom In the World* [Consult. 11 ABR 2018] available online in https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FIW_2017_Report_Final.pdf

GLOVER, Julian (2000) – *The Five Tests*, The Guardian, 29 de Setembro [Consult. 11 ABR 2018] available online in: <https://www.theguardian.com/business/2000/sep/29/emu.theeuro4>

HOLMES, Martin (1997) – *John Major and Europe: The Failure of a policy 1990-1997*, The Bruges Group [Consult. 8 MAR 2018] available online in: <https://www.brugesgroup.com/media-centre/papers/8-papers/801-john-major-and-europe-the-failure-of-a-policy-1990-7>

MAY, Theresa (2016) – *Speech: Statement from the new Prime Minister Theresa May*, 13 de Julho [Consult. 5 JAN 2018] available online in: <https://www.gov.uk/government/speeches/statement-from-the-new-prime-minister-theresa-may>

MCCANN, Kate (2016) - *Nigel Farage: £350 million pledge to fund the NHS was a mistake*, The Telegraph, 24 de Junho [Consult. 20 DEZ 2017] available online in: <https://www.telegraph.co.uk/news/2016/06/24/nigel-farage-350-million-pledge-to-fund-the-nhs-was-a-mistake/>

MOREIRA, Adriano (2012) - *O Labirinto Europeu*, Diário de Notícias, 1 de Maio [Consult. 16 FEV 2018] available online in <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/adriano-moreira/interior/o-labirinto-europeu--2449765.html>

NatCen Social Research (2018) - *If there was a referendum on Britain's membership of the EU, how would you vote?*, 3 de Março [Consult. 5 ABR 2018] available online in: <https://whatukthinks.org/eu/questions/if-there-was-a-referendum-on-britains-membership-of-the-eu-how-would-you-vote-2/>

OLIVEIRA, Sara Dias (2016) – *Há mais jovens que não estudam nem trabalham*, Jornal de Notícias, 12 de Agosto [Consult. 23 MAR 2018] available online in: <https://www.jn.pt/nacional/interior/ha-mais-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-5334641.html>

STOKES, Bruce (2016) – *Euroskepticism Beyond Brexit*, Pew Research Center, 7 de Junho [Consult. 29 MAR 2018] available online in: <http://www.pewglobal.org/2016/06/07/euroskepticism-beyond-brexite/>

THATCHER, Margaret (1988) – *Speech to the College of Europe*, Thatcher Archive, 20 de Setembro [Consult. 19 MAR 2018] available online in: <https://www.margaretthatcher.org/document/107332>

The Economist Intelligence Unit Limited (2017) – *Democracy Index* [Consult. 20 FEV 2018] available online in <https://www.eiu.com/topic/democracy-index>

The Electoral Commission (2016) - *EU referendum results* [Consult. 21 FEV 2018] available online in: <https://www.electoralcommission.org.uk/find-information-by-subject/elections-and-referendums/past-elections-and-referendums/eu-referendum/electorate-and-count-information>

The Independent (2016) – *EU Referendum Results in full: Brexit campaign secures victory by 4 points*, 24 de Junho [Consult. 10 FEV 2018] available online in <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/brexit-eu-referendum-final-result-leave-campaign-secures-official-lead-a7099296.html>

The Independent (2018) - *Theresa May refuses to say she would vote for Brexit for the second time*, 19 de Junho [Consult. 17 FEV 2018] available online in: <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/theresa-may-second-referendum-vote-brexit-refuses-to-answer-question-lbc-radio-a8169056.html>

TRUEMAN, Chris (2015) – *Military casualties of World War Two*, 6 de Março [Consult. 5 NOV 2017] available online in <https://historylearningsite.co.uk>

United Nations (2007) - *Rwanda: A Brief History of the Country* [Consult. 4 JAN 2018] available online in <http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/education/rwandagenocide>

WARNER, Jeremy (2012) - *Five tests that saved Britain from the fate of economic oblivion*, 27 de Fevereiro [Consult. 15 FEV 2018] available online in <https://www.telegraph.co.uk/finance/comment/jeremy-warner/9109500/Five-tests-that-saved-Britain-from-the-fate-of-economic-oblivion.html>

Anexos

ANEXO B1

Fonte: (STOKES, 2016)

		Q10c. Please tell me if you have a very favorable, somewhat favorable, somewhat unfavorable or very unfavorable opinion of _____. c. the European Union					
		Very favorable	Somewhat favorable	Somewhat unfavorable	Very unfavorable	DK/Refused	Total
France	Spring, 2016	6	32	37	24	2	100
	Spring, 2015	8	47	32	13	0	100
	Spring, 2014	6	48	28	18	0	100
	Spring, 2013	5	36	38	20	0	100
	Spring, 2012	10	50	28	12	0	100
	Spring, 2011	14	49	26	11	0	100
	Spring, 2010	13	51	28	9	0	100
	Spring, 2009	12	50	28	9	0	100
	Spring, 2007	9	53	27	11	0	100
	Spring, 2004	12	57	22	9	1	100
Germany	Spring, 2016	8	42	38	10	2	100
	Spring, 2015	7	51	34	6	2	100
	Spring, 2014	7	59	27	4	2	100
	Spring, 2013	7	53	29	6	4	100
	Spring, 2012	12	56	27	4	1	100
	Spring, 2011	8	58	27	5	1	100
	Spring, 2010	11	51	28	7	3	100
	Spring, 2009	8	57	26	6	3	100
	Spring, 2007	12	56	24	6	2	100
	Spring, 2004	13	45	33	6	3	100
Greece	Spring, 2016	2	25	39	32	2	100
	Spring, 2014	3	31	35	30	2	100
	Spring, 2013	4	29	37	28	2	100
	Spring, 2012	5	32	33	29	2	100
Hungary	Spring, 2016	8	53	27	10	2	100
Italy	Spring, 2016	9	49	25	14	4	100
	Spring, 2015	10	54	24	8	3	100
	Spring, 2014	5	41	34	16	4	100
	Spring, 2013	10	48	26	10	6	100
	Spring, 2012	10	49	25	10	6	100
	Spring, 2007	18	60	10	3	8	100
	Spring, 2007	11	40	30	16	2	100
Netherlands	Spring, 2016	11	61	18	4	6	100
Poland	Spring, 2016	9	63	19	3	6	100
	Spring, 2015	13	59	18	4	7	100
	Spring, 2014	8	60	24	4	5	100
	Spring, 2013	10	59	20	5	6	100
	Spring, 2012	14	60	16	3	7	100
	Spring, 2011	21	60	12	2	5	100
	Spring, 2010	15	62	12	3	7	100
	Spring, 2009	23	60	10	1	7	100
	Spring, 2007	13	34	30	19	4	100
	Spring, 2007	15	48	22	12	4	100
Spain	Spring, 2016	8	42	34	14	3	100
	Spring, 2015	14	32	35	17	2	100
	Spring, 2014	18	42	24	14	2	100
	Spring, 2013	23	49	17	7	3	100
	Spring, 2012	15	62	15	3	4	100
	Spring, 2011	15	62	14	2	6	100
	Spring, 2010	15	62	14	2	6	100
	Spring, 2009	15	62	14	2	6	100
	Spring, 2007	16	64	12	3	5	100
	Spring, 2007	16	64	12	3	5	100
United Kingdom	Spring, 2016	15	29	23	25	7	100
	Spring, 2015	13	38	24	17	8	100
	Spring, 2014	12	40	22	19	7	100
	Spring, 2013	7	36	26	22	9	100
	Spring, 2012	9	36	26	20	8	100
	Spring, 2011	13	38	22	19	8	100
	Spring, 2010	9	40	21	21	10	100
	Spring, 2009	8	42	21	18	10	100
	Spring, 2007	10	42	21	16	10	100
	Spring, 2007	10	42	21	16	10	100
	Spring, 2004	13	41	21	15	9	100
	Spring, 2004	13	41	21	15	9	100

ANEXO B2

Fonte: (Economist Intelligence Unit, 2017)

Western Europe 2017

	Overall score	Global Rank	Regional rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties	Regime type
Norway	9.87	1	1	10.00	9.64	10.00	10.00	9.71	Full democracy
Iceland	9.58	2	2	10.00	9.29	8.89	10.00	9.71	Full democracy
Sweden	9.39	3	3	9.58	9.64	8.33	10.00	9.41	Full democracy
Denmark	9.22	5	4	10.00	9.29	8.33	9.38	9.12	Full democracy
Ireland	9.15	=6	5	9.58	7.86	8.33	10.00	10.00	Full democracy
Finland	9.03	=9	=6	10.00	8.93	7.78	8.75	9.71	Full democracy
Switzerland	9.03	=9	=6	9.58	9.29	7.78	9.38	9.12	Full democracy
Netherlands	8.89	11	8	9.58	9.29	8.33	8.13	9.12	Full democracy
Luxembourg	8.81	12	9	10.00	8.93	6.67	8.75	9.71	Full democracy
Germany	8.61	13	10	9.58	8.21	8.33	7.50	9.41	Full democracy
United Kingdom	8.53	14	11	9.58	7.50	8.33	8.13	9.12	Full democracy
Austria	8.42	15	12	9.58	8.21	8.33	6.88	9.12	Full democracy
Malta	8.15	17	13	9.17	8.21	6.11	8.75	8.53	Full democracy
Spain	8.08	19	14	9.17	7.14	7.78	7.50	8.82	Full democracy
Italy	7.98	=21	15	9.58	6.43	7.22	8.13	8.53	Flawed democracy
Portugal	7.84	=26	16	9.58	7.50	6.11	6.88	9.12	Flawed democracy
France	7.80	29	17	9.58	7.50	7.78	5.63	8.53	Flawed democracy
Belgium	7.78	32	18	9.58	8.93	5.00	6.88	8.53	Flawed democracy
Cyprus	7.59	35	19	9.17	6.43	6.67	6.88	8.82	Flawed democracy
Greece	7.29	=38	20	9.58	5.36	6.11	6.88	8.53	Flawed democracy
Turkey	4.88	100	21	5.33	6.07	5.00	5.63	2.35	Hybrid regime

Source: The Economist Intelligence Unit.

ANEXO B3

Fonte: (Economist Intelligence Unit, 2017)

Eastern Europe 2017

	Overall score	Global Rank	Regional rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties	Regime type
Estonia	7.79	=30	1	9.58	7.86	6.11	6.88	8.53	Flawed democracy
Czech Republic	7.62	34	2	9.58	6.43	6.67	6.88	8.53	Flawed democracy
Slovenia	7.50	36	3	9.58	6.79	6.67	6.25	8.24	Flawed democracy
Lithuania	7.41	37	4	9.58	5.71	6.11	6.25	9.41	Flawed democracy
Latvia	7.25	40	5	9.58	5.71	5.56	6.88	8.53	Flawed democracy
Slovakia	7.16	44	6	9.58	6.79	5.56	5.63	8.24	Flawed democracy
Bulgaria	7.03	47	7	9.17	6.43	7.22	4.38	7.94	Flawed democracy
Poland	6.67	=53	8	9.17	6.07	6.11	4.38	7.65	Flawed democracy
Hungary	6.64	=56	9	8.75	6.07	4.44	6.88	7.06	Flawed democracy
Croatia	6.63	58	10	9.17	6.07	5.56	5.00	7.35	Flawed democracy
Romania	6.44	64	11	9.17	5.71	5.00	4.38	7.94	Flawed democracy
Serbia	6.41	=66	12	8.25	5.36	6.11	5.00	7.35	Flawed democracy
Albania	5.98	77	13	7.00	4.71	5.56	5.00	7.65	Hybrid regime
Moldova	5.94	78	14	7.50	4.64	6.11	4.38	7.06	Hybrid regime
Georgia	5.93	79	15	8.67	4.29	6.11	5.00	5.59	Hybrid regime
Ukraine	5.69	=83	16	6.17	3.21	6.67	6.25	6.18	Hybrid regime
Montenegro	5.69	=83	17	6.08	5.36	5.56	4.38	7.06	Hybrid regime
Macedonia	5.57	88	18	6.50	5.00	5.56	3.75	7.06	Hybrid regime
Kyrgyz Republic	5.11	=95	19	6.58	2.93	6.67	4.38	5.00	Hybrid regime
Bosnia and Herzegovina	4.87	=101	20	6.50	2.93	5.00	3.75	6.18	Hybrid regime
Armenia	4.11	111	21	5.25	2.86	5.00	1.88	5.59	Hybrid regime
Russia	3.17	135	22	2.17	1.79	5.00	2.50	4.41	Authoritarian
Belarus	3.13	138	23	0.92	2.86	3.89	5.63	2.35	Authoritarian
Kazakhstan	3.06	141	24	0.50	2.14	4.44	4.38	3.82	Authoritarian
Azerbaijan	2.65	148	25	0.50	2.14	3.33	3.75	3.53	Authoritarian
Uzbekistan	1.95	158	26	0.08	1.86	2.22	5.00	0.59	Authoritarian
Tajikistan	1.93	=159	27	0.08	0.79	1.67	6.25	0.88	Authoritarian
Turkmenistan	1.72	162	28	0.00	0.79	2.22	5.00	0.59	Authoritarian

Source: The Economist Intelligence Unit.

ANEXO B4
Fonte: (DELWIT, 2013)

Average voter turnout over 10 years in the thirty-five states examined (Votes cast in the elections compared to the list of registered voters).

	1940s	1950s	1960s	1970s	1980s	1990s	2000s
Austria	95.70	95.32	93.79	92.34	91.51	83.59	80.46
Belgium	93.07	93.15	91.31	92.97	95.62	91.47	91.35
Denmark	86.03	81.77	87.37	87.51	86.04	84.35	86.09
Finland	76.61	76.49	85.01	77.84	73.89	67.40	67.28
France	79.92	80.00	76.62	82.35	71.83	68.43	62.36
Germany	78.49	86.91	87.05	90.93	87.30	79.65	75.83
Iceland	88.30	90.75	91.26	90.34	89.40	87.17	85.42
Ireland	70.98	74.34	74.26	76.45	72.88	68.45	64.84
Italy	90.68	93.79	92.83	92.25	89.77	85.38	79.36
Luxemburg	91.63	92.15	89.56	89.49	88.10	87.39	91.24
Malta	75.44	78.05	90.25	94.07	95.29	96.19	95.06
Norway	79.33	78.82	82.83	81.59	83.07	77.10	76.43
Sweden	77.56	78.70	86.42	90.42	89.06	84.96	82.60
Switzerland	71.69	68.98	64.11	52.30	47.67	43.85	46.78
The Netherlands	93.40	95.36	95.04	84.73	83.45	76.04	79.82
United Kingdom	72.55	80.24	76.56	75.02	74.13	74.61	60.63
Cyprus				80.65	95.15	91.94	90.33
Greece				81.11	80.79	77.90	74.12
Portugal				87.44	77.82	65.69	61.79
Spain				72.80	73.20	76.92	72.77
Bulgaria						76.94	61.10
Czech Republic						82.79	61.25
Estonia						64.39	60.11
Hungary						63.38	69.18
Latvia						77.90	68.15
Lithuania						63.97	51.05
Poland						48.40	47.04
Romania						79.55	53.08
Slovakia						79.98	62.27
Slovenia						79.57	64.26
Albania							49.70
Croatia							59.31
Macedonia							61.87
Montenegro							66.19
Serbia							60.86